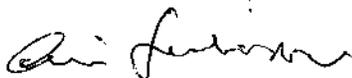


Maria de Fátima Ramos de Almeida

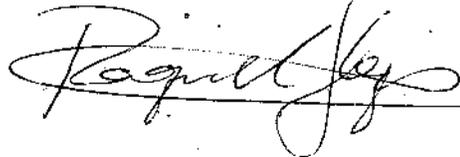
"Uberlândia operária ?" - Uma abordagem sobre
as relações sociais em Uberlândia - 1950 a 1964

Dissertação para obtenção do
grau de Mestre apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
História do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação do
Prof. Dr. Alcir Lenharo

Este exemplar corresponde
à redação final da disser-
tação defendida e aprova-
da pela Comissão Julgado-
ra em


Orientador

Campinas, 1992

AL64u

16642/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. A construção da cidade	25
Delineando o perfil de uma cidade	25
A construção de uma metrópole regional	29
2. A organização do espaço urbano	52
As condições de vida dos trabalhadores	55
A saúde do pobre: problema a resolver	59
A assepsia do espaço urbano	65
Segurança: problema para quem?	70
1959 - a tensão social explode	89
ANEXO AO CAPÍTULO 2	98
3. Relações de trabalho	101
O caráter corporativista do processo organizativo da classe trabalhadora em Uberlândia.	102
Os esforços organizativos dos trabalhadores: outras experiências	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	134

AGRADECIMENTOS

As entidades e instituições que me permitiram o acesso aos seus arquivos: Associação dos Motoristas, Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Alimentícias, Círculo Operário, ACIDE e jornais Correio de Uberlândia e O Triângulo. A todos que, gentilmente, concederam-me entrevistas sobre o tema. A Maria Clara, por ceder-me parte dos dados do seu arquivo pessoal.

Aos estudantes que me auxiliaram na coleta de dados. Aos funcionários do Núcleo de Processamento de Dados da UFU, que, pacientemente, ajudaram-me na difícil lide com o computador. Dentre estes, agradecimentos especiais a Elaine, Silvestre, Bacalá, Lourival e Suzyane. A Ione Vieira, pelo trabalho de correção.

Ao Prof. Alcir Lenharo, meu orientador, a quem devo a paciência com meu ritmo moroso de trabalho. Ao Conselho do Departamento de Ciências Sociais da UFU que, por duas vezes, concedeu-me condições especiais de trabalho para

realização desta pós-graduação. Ao Programa de Pós-Graduação em História da UNICAMP.

Agradeço, ainda, a Lezir, Beatriz, Marilena e Vera Puça pelos estímulos para que eu concluísse o programa de mestrado.

A Daniel e Maira, razão, sempre, para continuar.

INTRODUÇÃO

O trabalho que ora empreendo diz respeito à sistematização do meu entendimento sobre a dinâmica das relações sociais vigentes na cidade de Uberlândia, no decorrer da década de 1950 e primeiros anos da década de 1960, mais precisamente, entre os anos de 1950 e 1964.

O recorte temporal não apresenta nenhuma implicação especial, a não ser o interesse pela época em que essa cidade teve a oportunidade de criar as condições para realizar, de fato, o destino sonhado pelos homens de mando que aí residiam ou que para aí vieram: tornar-se uma grande metrópole regional. O marco final foi situado em 1964, tendo em vista a alteração institucional sofrida pelo país a partir do golpe militar de março desse ano. Na realidade, essa alteração não prejudicou a arrancada do desenvolvimento econômico regional do Triângulo Mineiro. Mas foram afetadas as bases das relações sociais até então vigentes. Este trabalho, portanto, refere-se a um período em que as relações sociais manifestavam-se sobre um suporte institucional relativamente seguro para os agentes históricos, dado que não cogitavam de mudanças imprevisíveis dos parâmetros de ação.

As relações sociais desenhadas neste texto baseiam-se na minha compreensão de que a sociedade dos homens é conflituosa. Este conflito decorre da existência de classes sociais diferenciadas devido à inserção no modo de produção.¹ Ou seja, parto do pressuposto de que a sociedade analisada é dividida em classes sociais antagônicas, que tecem a dinâmica social procurando fazer prevalecer os interesses respectivos, elaborando, a cada dia, a história que imediatamente lhes convém e que as circunstâncias lhes permitem.

Na realidade, a história que se explicita é apenas a da classe economicamente dominante, pois é a que detém os meios de informação. Este poder foi, de certa forma, determinante da leitura que fiz da história local. Apesar do esforço intelectual para evidenciar a prática histórica de outros agentes além dos que já se proclamam como tal, através dos meios que dispõem para registrar as próprias ações, a superlicridade organizativa dos seus arquivos e a celerância imprimida aos próprios discursos dificultaram o trabalho de desvendamento da história aí oculta. Ainda assim, tentei por em evidência os testemunhos históricos que possibilitam uma leitura alternativa, em que outros agentes participam da história e determinam os seus rumos.

¹ MARX, K. e ENGELS, F. A Ideologia Alemã. 5 ed., S.P., HUCITEC, 1986. Introdução.

É intrigante a percepção de que, em Uberlândia, o processo de desenvolvimento teve um percurso relativamente linear, tendo sido moldado conforme os interesses da classe dominante. É perceptível o discurso do progresso inscrito nas atas de reuniões de diversas entidades, nas páginas dos jornais, nos discursos escolares, desde os primeiros anos deste século. Simultaneamente à composição do discurso, o projeto de realização do progresso foi sendo delineado e redimensionado para se ajustar às diversidades conjunturais.

Identifico como classe dominante em Uberlândia o conjunto do empresariado urbano e rural sediado no município, os políticos locais alocados nos parlamentos federal e estadual e na Prefeitura Municipal, as autoridades do Poder Judiciário, bem como uma quantidade inumerável de profissionais liberais e funcionários públicos, prepostos e porta-vozes do projeto burguês de construção da cidade.

Essa classe é constituída por famílias originárias da própria cidade, bem como por imigrantes, articuladas entre si por interesses econômicos e sociais, base fundamental da ação política "em prol do desenvolvimento local".

São determinantes da singularidade desse grupo social os valores conservadores e moralistas que norteiam suas vidas, o espaço social e político separado em que se desenvolvem, as relações de compromisso solidário que seus

membros estabelecem entre si. Essa singularidade transparece na forma como a imprensa se refere aos seus componentes, na articulação do projeto instituinte da ordem burguesa, nos foros das entidades da classe e nas instituições do governo municipal.

O resultado da ação articulada dessa classe tem se expressado na continuidade da direção e controle da dinâmica social local em benefício próprio. Ainda hoje, encontram-se pelas ruas, pelos clubes, pelas escolas, pelos jornais, vangloriando-se, os mesmos homens ou seus descendentes que começaram a erigir a história de Uberlândia para sua própria glória e para o bem de suas famílias. E esses homens têm nos lábios o sorriso triunfante de quem conseguiu, pois o seu nome e de seus parentes estão registrados em inúmeros documentos, ruas, praças e edifícios e ainda detêm as posições de mando local e regional.

A participação da classe trabalhadora nesse processo foi, por longo tempo, desarticulada e sem um projeto que a orientasse, tendo em vista a própria peculiaridade da sua formação.

Historicamente condicionada às privações e dificuldades de sobrevivência, determinadas pela forma de organização capitalista, suas dificuldades só são superadas se resiste e se cria mecanismos próprios para se contrapor à

dominação e à exploração. Esta possibilidade está inscrita na dinâmica das relações que estabelece, codianamente, com a classe antagônica.²

Em Uberlândia, várias circunstâncias contribuíram para dificultar essa aprendizagem. A primeira delas diz respeito ao próprio caráter das relações de poder estabelecidas desde os primeiros tempos do povoamento, quando as atividades econômicas de produção para o comércio se desenvolveram a partir da utilização, predominantemente, de mão-de-obra familiar. As relações clientelistas instituídas, desde então, foram sendo adaptadas às diferenciações sociais decorrentes do crescimento demográfico e da diversificação das atividades econômicas.³ Além disso, até a década de 50, a exploração econômica era disfarçada pelo acanhamento do processo de urbanização, o

² THOMPSON, E. P. La formación histórica de la clase obrera. Inglaterra: 1780-1832. Barcelona, Ed. Laia, 1977, pp. 7 e 8; La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: Tradición, revuelta y conciencia de clase. Barcelona, Ed. Crítica, 1979, itens IV e V, pp. 33-60.

³ BRANDÃO, C. A. Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria. Dissertação de Mestrado, UFMG, 1989, p. 68; ALEM, J. M. Representações coletivas e história política em Uberlândia. In: História e perspectivas. Uberlândia, UFU, jan/jun 1991, pp. 79-102; ALVARENGA, N. M. As Associações de Moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1988, p. 65.

qual implicava a manutenção da proximidade entre as pessoas, ainda que fossem de extratos sociais diferentes.

Outro fator que dificultou a articulação da classe trabalhadora em Uberlândia foi a heterogeneidade da procedência dos seus membros. Quando, na década de 50, intensificaram-se as atividades econômicas do Triângulo Mineiro, um grande contingente de migrantes próximos e distantes dirigiu-se para Uberlândia em busca de melhores condições de vida, acelerando o processo de urbanização.⁴ Nesse período, a massa de trabalhadores em movimento ainda não tivera condições para criar os instrumentos de luta decorrentes da convergência das experiências e dos interesses específicos dos membros da classe.

A dispersão dos trabalhadores nas atividades econômicas predominantemente mercantis e no setor de serviços, mais do que em unidades produtivas do tipo industrial, também interferiu negativamente no processo de aprendizagem, e, até mesmo, de auto-reconhecimento da classe. Acrescente-se ainda que as pequenas unidades fabris

⁴ FREITAS, F. S. R. e SANPAIO, R. C. (coord.). Síntese do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia, UFU, 1985. Anexo V.

favoreceram a consolidação da estrutura sindical corporativa
ac final da década de 50.⁵

Apesar do contexto desfavorável, a classe
trabalhadora se constituía e participava do processo
histórico de construção da cidade. Os indivíduos que a
compunham lutavam para sobreviver, trabalhando e tentando
produzir um espaço em que sua dignidade humana fosse
reconhecida, numa cidade que fosse também a realização de
parte dos seus sonhos. Essa luta e esses sonhos não chegaram
a se concretizar em um projeto articulado de alternativa de
vida social. A hegemonia burguesa não chegou a ser
questionada no período pesquisado e ainda hoje se mantém,
apesar das ações de contestação que foram gestadas e
amadurecidas ao longo dos anos posteriores.

.....

Muitas pesquisas têm sido feitas sobre Uberlândia,
sobretudo a partir da década de 80, após a federalização da
universidade. Os trabalhos anteriores sobre a história local
ênfaticam a trajetória do progresso linear, a ação política

⁵ ERICKSON, Kenneth Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil. S. P., Brasiliense, 1979, pp. 17-18; TROYANO, Annez Andraus. Estado e sindicalismo. S. P., Síntese, 1978, pp. 85-88.

dos dirigentes e os esforços da elite econômica para promover o desenvolvimento da cidade.⁶

Os trabalhos recentes, produzidos nos moldes acadêmicos, procuram recuperar o processo do desenvolvimento regional⁷ e urbano,⁸ identificando a peculiaridade do

-
- ⁶ PEZZUTI, Pedro. Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1922; TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central. História da criação do Município de Uberlândia. Uberlândia Gráfica Ltda. Editora, 1960.
- ⁷ BRANDÃO, C. A. Triângulo: capital comercial, geopolítica e agroindústria. Dissertação de Mestrado. UFMG, 1989; FREITAS, P. S. R. e SAMPAIO, R. Cury. Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia, UFU, 1985; SAMPAIO, F. Cury. Migrações internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica - 1960/1970. B. E., CEDEPIAR/UFMG, 1985; GUIMARÃES, E. N. Infraestrutura política e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão interregional do trabalho. B. E., CEDEPIAR/UFMG, 1990.
- ⁸ ALVARENGA, N. M. As Associações de Moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações das formas de sociabilidade. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1988; MACHADO, M. Clara Tomaz. A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada. Uberlândia - 1965-1980. Dissertação de Mestrado. USP, 1990; SOARES, E. R. Habitação e produção do espaço em Uberlândia. Dissertação de Mestrado, USP, 1988; RODRIGUES, J. F. S. Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense - o setor de serviços - 1924-1964. Dissertação de Mestrado, USP, 1989; ALEM, J. M. Representações coletivas e história política em Uberlândia. In: História e perspectivas. Uberlândia, UFU, jan/jun 1991, n. 4, pp. 79-102;

trajeto histórico percorrido, bem como o contexto sócio-econômico e político em que foram gestadas as práticas sociais determinantes dessa especificidade. Apresentam, portanto, um viés crítico, ainda que mantenham abordagens diferenciadas, condizentes com as diversas posturas teóricas e metodológicas adotadas.

É consensual entre esses pesquisadores que aqui ocorreu um crescimento progressivo no que se refere ao aumento populacional, à ampliação das atividades econômicas e do capital, à modernização da produção e dos meios de circulação das mercadorias.

Segundo BRANDÃO, a vocação do Triângulo Mineiro como entreposto comercial só se confirmou efetivamente

"a partir do estabelecimento de condições favoráveis a transformações capitalistas mais impositivas a partir de São Paulo." (pp. 179-180).

No entanto, desde a ocupação, durante o ciclo da mineração, já se apresentara essa "vocação natural", dada a função de abastecedora de uma vasta área, conferida à região. A decadência da mineração levou, porém, ao refluxo da atividade comercial da região por algum tempo, até a expansão das lavouras cafeeiras em São Paulo.

Foi decisiva para a recuperação do papel abastecedor do Triângulo Mineiro a extensão da ferrovia desde São Paulo até as regiões capazes de fornecer gêneros

alimentícios à população daquele Estado. A ligação com o Triângulo Mineiro foi estabelecida através da Cia. Mogiana de Estradas de Ferro, a qual atingiu Uberaba em 1893, Uterabinha (Uberlândia) em 1895 e Araguari em 1896.⁹

Naquele momento, Uberaba e Araguari erigiram-se nos centros dinâmicos da economia triangulina, tendo em vista sua condição, respectivamente, de porta de entrada e ponto de chegada da ferrovia no Brasil Central. No entanto, em 1933 Uberlândia já liderava a economia do Brasil Central e era um grande centro atacadista. Isto decorreu da perspicácia da classe dominante local, a qual percebeu que sua chance residia na construção de uma rede de transporte rodoviário articulada à ferrovia.¹⁰

A partir de então, Uberlândia expandiu-se cada vez mais, através da combinação de uma série de fatores favoráveis, inclusive a utilização estratégica da região por sucessivos governos federais. Vargas, em 1940, fez de Uberlândia a base para desencadeamento da "Marcha para o Oeste"; Kubitschek utilizou Uberlândia como forma para viabilizar a integração nacional, no interior do seu projeto

⁹ RIBEIRO, op. cit., pp. 4 e 12; BRANDÃO, op. cit., p. 66.

¹⁰ BRANDÃO, op. cit., pp. 67, 69 e 101 a 113; SOARES, op. cit., pp. 14-17.

desenvolvimentista; os governos militares instalaram contingentes militares na região e criaram diversas faculdades federais com vistas à implementação da sua política de segurança nacional.¹¹ ALVARENGA sintetiza essa compreensão do processo histórico local quando caracteriza o percurso do desenvolvimento trilhado por Uberlândia:

"É peculiar no modo como em cada momento se adaptou às tendências desenhadas no âmbito nacional: no aproveitamento de sua posição geográfica favorável ao comércio regional e nacional, na combinação entre atividades mercantis e produtivas de reforço mútuo, no aproveitamento de sua produção agropecuária ao incentivar a agroindústria como forma de incorporar a indústria à economia local, na sensibilidade econômica de seus homens de negócio de perceber as tendências gerais e a elas se adequar de modo a manter o dinamismo da economia local." (p. 49)

Esse dinamismo econômico sustentou-se sobre intensa exploração do trabalho (há unanimidade entre os pesquisadores acadêmicos com relação a esse particular) combinada à dominação política fundada sobre o clientelismo e outras formas modernas condizentes com a crescente complexidade do desenvolvimento urbano.¹²

¹¹ BRANDÃO, op. cit.; MACHADO, op. cit., pp. 23-26; ALVARENGA, op. cit., pp. 46-68; RIBEIRO, op. cit., p. 49.

¹² ALEM, op. cit.

São recentes e muito poucas as pesquisas que revelam a reação popular a essa prática de dominação, ressaltando o comportamento de outros sujeitos históricos da cidade. Através dessas pesquisas, pode-se fazer uma leitura alternativa ao discurso afirmativo da ordem e do progresso lineares. Podemos verificar que em Uberlândia parte da população, em diversas circunstâncias, não se identificou plenamente com o projeto burguês do progresso com ordem. As teses de RODRIGUES e ALVARENGA têm como objeto de estudo os esforços organizativos e de resistência dos setores marginalizados da população, os quais se expressaram na constituição de associações e sindicatos, realização de greves, promoção e participação em eventos de caráter organizativo e reivindicativo, buscando definir um espaço próprio de atuação.

Essas informações sobre a classe trabalhadora são necessárias para explicitar a sua identidade até há pouco considerada inexistente. Essa falta de identidade da classe foi forjada ao longo do tempo através da imprensa, dos discursos públicos e das práticas políticas e sociais de dominação na cidade. Foi corroborada pelos vários historiadores autodidatas que, sistematicamente, omitiram os trabalhadores da história e até mesmo por recente trabalho acadêmico em que se concluiu a incapacidade dos mesmos para se erigirem em sujeitos históricos:

"As classes populares permaneceram silenciadas, despojadas de seus direitos de cidadania,

cumprindo seu papel histórico de submissão consentida. Não despontaram como atores sociais e políticos com identidade própria definida por interesses e objetivos determinados. Não se rebelaram contra a exclusão e não lutaram por mudanças. Figuraram como setores cordatos, conformados com sua situação de exclusão, permitindo que a política local fosse questão exclusiva das classes dominantes e se resumisse a lutas intestinas no interior mesmo das classes burguesas."13

Inconcedeu-me sempre, no contato com as sistematizações sobre a história de Uberlândia, o papel passivo conferido à classe trabalhadora. Essa postura, é infirmada em primeiro lugar, por uma concepção tradicional, elitista, que omite determinados agentes históricos como meio de afirmar a dominação de outros.14 Em segundo lugar, uma concepção de classe como produto acabado, emergente no processo de instauração da ordem capitalista e, a partir de então, potencialmente capaz de se organizar e implementar projetos de dominação e/ou de resistência. A vertente historiográfica que acata esta concepção costuma identificar, no Brasil, classes sociais frágeis e um Estado forte, que confere solidez ao capitalismo através de práticas políticas autoritárias e clientelistas.15

13 ALVARENGA, op. cit., p. 69.

14 Por exemplo, os historiadores autodidatas de Uberlândia.

15 PINHEIRO, F. S. C proletariado industrial na Primeira República. In: FAUSTO, B. (org). O Brasil Republicano.

Apesar de também fraca a classe dominante, são seus membros que aparecem na História promovendo o progresso econômico, determinando a organização social, produzindo a cultura e, sobretudo, traçando as diretrizes políticas para a sociedade. A classe dominada - os trabalhadores - apenas "cumpre seu papel histórico de submissão consentida."

Oponho-me a essa leitura do percurso histórico por entender que a identidade da classe situa-se no espaço para além da luta meramente política, abrangendo práticas culturais específicas aos grupos sociais diversificados constituintes da sociedade. Além disso, a identidade das classes é construída no interior da experiência cotidiana das práticas sociais diferenciadas e antagônicas, possibilitando, em decorrência, a elaboração de projetos políticos distintos.¹⁶ Assim, a mera verificação das condições sociais de existência dos trabalhadores seria suficiente para reconhecer sua identidade, distinta em função de problemas e aspirações análogos, determinados cotidianamente no bojo da luta pela sobrevivência. Essa identidade não se expressa necessariamente na definição de

V. 2, S. P., DIFEL, 1977; Política e trabalho no Brasil. R. J., Paz e Terra, 1975; RODRIGUES, L. M. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. S. P., DIFEL, 1966.

¹⁶ THOMPSON, op. cit.; PAOLI, M. Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos cutros. In: LOPES, J. S. Leite (coord.). Cultura e identidade operária. R. J., Marco Zero/ Ed. UFMG, s.d., pp. 53-101.

projeto social, mas tem também conotação política, em vista da própria natureza das lutas empreendidas, cuja característica básica é o enfrentamento do agente histórico que se esforça diuturnamente para adestrá-los e subjugá-los aos parâmetros das suas próprias necessidades e aspirações ordenadoras.

Em Uberlândia, a identidade da classe trabalhadora estava sendo forjada na década de 50. Manifestava-se em ações desarticuladas e voluntaristas (recusa da higienização e ordem do espaço urbano, agressões à propriedade e à vida); manifestava-se também na busca de auto-organização (constituição de entidades próprias, realização e participação em eventos específicos da classe) e no enfrentamento coletivo organizado (greves).

A minha proposta neste trabalho é revelar as realizações possíveis da classe trabalhadora, expressadas pelas ações das instituições que criou, bem como pelas ações dos próprios indivíduos que a constituíam.

Com esse propósito, selecionei os temas mais recorrentes no discurso dominante e os transformei em capítulos. A intenção é desvendar a trama histórica submersa ao projeto de construção social da classe dominante, confirmando que a mesma moeda tem duas faces e que ambas podem ser conhecidas, ainda que uma delas esteja mascarada

por intenções, interesses e necessidades específicos, travestidos por expressões generalizantes, destinadas a anular os processos antagônicos.

Assim é que os temas do assistencialismo e da segurança, insistentemente tratados pela imprensa e pelas instituições detentoras do poder, revelam, a um só tempo, as intenções saneadoras e organizativas dos setores dominantes, bem como o numeroso contingente de pobres maltratados e rebeldes. As relações harmoniosas entre patrões e empregados foram perseguidas através de palavras e atos. Entretanto, não foi possível aos dirigentes locais descuidarem da montagem de amplo aparato repressivo capaz de controlar as manifestações sociais de rebeldia.

O progresso como fim a atingir justificava, no discurso, os projetos de ampliação da riqueza e a montagem de uma estrutura organizacional e educativa. Era também a perseguição desse progresso que possibilitava a homogeneização das classes e dos indivíduos, através de expressões como "povo uberlandense", "nós", "nossa evolução econômica", "nossa cidade", "os uberlandenses", etc. Mas esse progresso efetivamente construído, contou, para sua realização, com o sacrifício de milhares de trabalhadores anônimos, vivendo em condições precárias, que desafogavam suas mágoas na prática ocasional de violências contra a propriedade privada e contra as pessoas, em geral, da sua

própria classe; que afrontavam o projeto burguês perambulando pelas ruas a pedir esmolas; que, embora com muitas dificuldades e com a intromissão de membros da classe dominante, construíram lenta e gradualmente, formas próprias de organização.

A re-composição dessa história foi possível devido ao rastreamento realizado em algumas fontes específicas. A principal delas, mais volumosa, foi o jornal **Correio de Uberlândia**.

Foi sobretudo através desse jornal que pude comprovar que, no espaço urbano, conviviam tipos sociais diferenciados: ricos bem nascidos, novos ricos, profissionais liberais de classe média, funcionários públicos, operários - a maioria, desqualificada; alguns especializados (sobretudo, da construção civil) - empregadas domésticas, carroceiros, lixeiros, comerciários, agricultores, rendigos, prostitutas, crianças abandonadas etc. Como em qualquer cidade interiorana brasileira da época, eram esses os tipos sociais mais comuns e mais numerosos.

Esses tipos sociais são apresentados pelo jornal numa relação hierarquicamente estabelecida, no esforço de

instituição¹⁷ de uma ordem social diversificada, mas harmoniosa, porque com o assentimento de todos. Assim é que os artigos que mais se destacam são os referentes aos membros das famílias ricas, às personalidades expoentes com cargos de direção política ou administrativa, ao pároco da Catedral e ao bispo, ao delegado de polícia, ao juiz de direito, aos proprietários das maiores empresas, aos gerentes de bancos, aos diretores das entidades patronais. Estes são nomeados e tratados como pessoas conhecidas e com trânsito regular pela cidade. Na verdade, a cidade é eles e seus familiares. Por exemplo, as colunas sociais referem-se ac

"gesto nobre de Dona Maria Augusta Naves de Freitas... tradição de bondade, de luta e de amor ao próximo que são dotes comuns na veneranda senhora..."¹⁸

Os artigos que nomeiam as pessoas destacadas por sua posição social dominante são os mais numerosos, conferindo à cidade o perfil determinado pelos valores próprios da sociedade a que pertencem. Isto é, Uberlândia aparece, assim, sendo a cidade que essa classe fez e continua fazendo. Se a cidade é o que é determinado pela classe social dominante, como o jornal trata o que não corresponde aos seus valores?

Usa-se um espaço e uma linguagem apropriados à diferenciação relativamente ao que já está predeterminado como "normal", ou seja, os membros das classes não dominantes são, em primeiro lugar, anônimos:

¹⁷ LEFORT, Claude. As formas da história. SP, Brasiliense, 1979, p. 308 e seguintes.

¹⁸ Correio de Uberlândia, 27/06/1959, p. 1. Naves e Freitas são nomes de famílias tradicionais da cidade.

"A Mãe do Ano, sempre preocupada em amenizar o sofrimento dos menos favorecidos..."¹⁹

Quando nomeados, são-lhes atribuídas as qualidades que melhor os relacionem à situação noticiada. Isto é, se se trata de um crime, por exemplo - as notícias mais frequentes relativas à classe trabalhadora - identifica-se a cor, a idade, a condição civil, o local de residência, a profissão, o apelido e outras:

"... o indivíduo Sebastião Luiz, vulgo 'Quito' (...) atate a golpes de cortador de cana, em sua própria residência, o carroceiro José Vitor (...) O crime foi perpetrado após violenta discussão onde sobressaiu o estado de embriaguês de seu autor".²⁰

"A rua Engenheiro Azeli, tristemente conhecida na cidade pelo título de 'rua sem sol', foi palco na tarde de anteontem de brutal cena de sangue, protagonizada, por motivos fúteis, por duas irmãs, domésticas que, alcoolizadas, preparavam-se para o jantar (...) Residiam juntas Maria Amélia Silva, de 21 anos de idade, solteira, doméstica e sua irmã, Cornélia Silva, de 27 anos de idade, estado civil não declarado, também doméstica, ambas de cor preta".²¹

No jornal, reserva-se à classe dominante o espaço destinado à divulgação das realizações administrativas e das políticas de ação; e à classe dominada, as notícias relativas ao objeto da assistência social, da repressão, da denúncia de transgressões. Os membros da classe dominada só aparecem como sujeitos de ações nobres quando comungam

¹⁹ Idem, ibid. Os grifos nesta citação e seguintes são da autora.

²⁰ Idem, 28/8/1962, p. 8

²¹ Idem, 14/4/1960, p. 6.

valores e práticas burguesas, que contribuam para o projeto, sempre em pauta, de desenvolvimento e progresso urbano.

Os demais órgãos da imprensa local, subsidiariamente consultados, obedecem ao mesmo plano instituinte da ordem social.²² Mas, se cabe à imprensa o papel de organizar ideologicamente o espaço urbano, há possibilidade de se fazer uma leitura alternativa do espaço social? Em Uberlândia, o discurso instituinte extrapola a organização formal dos jornais e dá forma ao real, através do planejamento articulado das entidades patronais e do poder instituído.

A leitura sistemática das atas das reuniões e assembléias da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (ACIUB) foi reveladora da disciplina planejadora dos donos do poder. Foi constatada, nessa documentação, a amplitude da ação da entidade, que extrapola as questões próprias das atividades comercial e industrial, abrangendo desde diretrizes políticas para a inserção da cidade no contexto regional e nacional, até questões administrativas de pequeno porte como proteção aos trens da Companhia Mogiana contra os apedrejamentos feitos pelas crianças da periferia. Além disso, esse planejamento é realizado

²² Foi pesquisado também o jornal O Triângulo.

articuladamente com outras entidades patronais, com o poder público municipal, estadual e federal e com as demais instituições dominantes na cidade (sistema judiciário e policial, sistema financeiro, entidades assistenciais, Igreja, etc.), o que possibilitou a leitura, nesses registros, das práticas da classe dominante.

Ressaltam-se, também dessa documentação, as dificuldades de sobrevivência dos trabalhadores, as lutas em que se empenharam para melhorar suas condições de vida, os seus esforços organizativos. Essa dinâmica social sofria a interferência permanente da classe dominante, o que denuncia, simultaneamente, as intenções de manipulação e controle e as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para se constituírem em classe autônoma.

Outras fontes pesquisadas - arquivos das entidades dos próprios trabalhadores - revelam, ainda com maior clareza, a fragilidade da classe. As lutas em defesa dos trabalhadores em que as entidades se envolveram foram sempre partilhadas por entidades da classe dominante. Essas lutas diziam respeito ao cumprimento das determinações da legislação social, desenvolvendo-se segundo os parâmetros corporativistas definidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Além disso, os seus registros eram mal elaborados e os arquivos precariamente organizados. É visível, nessa mesma documentação, a dificuldade dos

trabalhadores para se organizarem: as reuniões eram escassas (cu então não foram todas registradas) e havia faltas constantes dos dirigentes das entidades.

No entanto, vale lembrar que a atuação dos trabalhadores brasileiros, segundo os parâmetros estabelecidos pela legislação trabalhista para a atuação sindical, possibilitava, pelo menos, o contato dos mesmos com os direitos legais a eles atribuídos, contribuindo para a maturação da consciência sobre as infrações patronais no âmbito das relações de trabalho.

As entidades pesquisadas foram: Círculo dos Trabalhadores Cristãos de Uberlândia (vulgarmente denominado Círculo Operário), Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de Uberlândia - STIAU e Associação Profissional dos Condutores de Veículos Rodoviários de Uberlândia - APCVRU (familiarmente denominada Associação dos Motoristas).

Vale ressaltar que o Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Alimentícias e Similares teve uma atuação essencialmente presa às exigências burocráticas da estrutura sindical brasileira. Os primeiros registros da entidade, por longo tempo, dizem respeito ao processo de transformação da Associação em Sindicato. Esse trabalho marcou parte significativa da gestão do sr. João Galvão (1958-1962). A

ação em defesa da categoria foi aliçada nesse processo, bem como a atuação externa da entidade. Após tornar-se Sindicato predominaram, nos registros, as brigas intestinas nas diretorias. Estas, aliás, renovavam suas gestões sucessivamente, havendo pouco revezamento dos membros, sobretudo do Presidente.

O Círculo Operário teve papel destacado na formação das lideranças locais dos trabalhadores, inculcando-lhes os princípios conservadores de relações harmoniosas com os patrões, ainda que propondo-se a informá-los sobre os direitos legais a eles atribuídos e a prepará-los para reivindicar esses direitos.

A Associação dos Motoristas mostrou-se como a entidade mais organizada e mais autônoma em relação à classe dominante. Essa autonomia pode ser relativizada se se verifica a sua composição, mista de proprietários e empregados. Entretanto, evidencia-se nos registros da entidade a predominância absoluta de temas relativos às dificuldades financeiras dos associados e aos esforços para amenizá-las. Depreendi das informações coletadas que a entidade aglutinava trabalhadores, efetivamente, os quais podem ser classificados em assalariados e pequenos proprietários (caminhoneiros e taxistas). A sua maior capacidade organizativa e combatividade decorreu, certamente, da importância dos motoristas para a economia

local, dada a condição de grande entreposto comercial assumida por Uberlândia, sustentada principalmente pelo transporte rodoviário. Há que ressaltar também que o transporte rodoviário adquiriu importância prioritária em todo o Brasil naquele período e que havia associações de motoristas disseminadas por todo o país.

Os trabalhadores puderam ainda se mostrar como produtores da história de Uberlândia através das entrevistas pessoais. Por esse meio, pude conhecer não só a sua participação física na construção da cidade, como suas expectativas e frustrações quanto ao processo do desenvolvimento urbano. Através do contato direto com as pessoas que viveram na época em estudo, foi possível formular uma avaliação do alcance das práticas controladoras, bem como da efetividade do discurso ideológico.

No texto que segue, procurei desenhar o espaço e as formas utilizados pela classe trabalhadora para definir a sua própria identidade.

1. A CONSTRUÇÃO DA CIDADE

DELINHANDO O PERFIL DE UMA CIDADE

Uberlândia é uma cidade do Triângulo Mineiro, que se situa a oeste do Estado de Minas Gerais. Esta região é o bico de papagaio do Estado, comprimido entre os Estados de São Paulo (sul), Mato Grosso do Sul (sudeste) e Goiás (noroeste e norte), mais ou menos a meio caminho entre o norte e o sul e entre o leste e o oeste do Brasil. Esta circunstância geográfica é um dos determinantes da sua condição de entreposto comercial, sublinhado pelo discurso dominante e pelos diversos pesquisadores da história da região. É uma região fértil, grande produtora de grãos e de pecuária.

Uberlândia identifica-se pela peculiaridade das relações sociais que propiciaram a construção,

"desde os primórdios do município, de uma economia burguesa, porém sustentada por práticas políticas de dominação direta e pessoal, nas quais despontam a troca de favores, no ajuste dos interesses econômicos dominantes, e a prestação e contraprestação de benefícios entre dominantes e dominados. Essas práticas recobrem as relações sociais tanto na esfera privada quanto na pública, alcançando com alguma eficácia até mesmo sujeitos políticos não imediatamente integrados à ordem dominante, o que, em parte, explica um certo

ajustamento sucessivo desses sujeitos à mesma ordem, ao longo da história da cidade."²³

Decorre desta peculiaridade a introjeção da imagem de sociedade progressista, ordeira e pacífica, pelos diversos segmentos sociais que a compõem. Isto é, aceita-se e até justifica-se com facilidade o discurso das autoridades "próximas", "amigas", "quase parentes", "prestativas", sobretudo se o discurso paira sobre ruas amplas, bem pavimentadas e iluminadas, ladeadas por casas comerciais florescentes e se se podem observar grandes obras privadas e públicas.

É claro que foi concomitante e paulatinamente que se construiu a cidade e o discurso que a identifica. Desta cidade e deste discurso são eliminados o que é feio, o que é pobre e o que é vagaroso. Isto significa que o discurso identifica a cidade de Uberlândia com progresso, exuberância, ordem e movimento. Os demais aspectos da realidade têm que ser procurados pelo olhar atento do pesquisador ou do militante social. E ainda que as provas apresentadas sejam incontestáveis, a imagem coletivamente produzida não se desfaz: a realidade que não se adequa ao discurso cristalizado dilui-se na generalização do que é

²³ ALEM, João Marcos. Representações coletivas e história política em Uberlândia. In: História e Perspectivas. Uberlândia, UFU, jan/jun 1991, pp. 79-102.

"próprio a qualquer cidade capitalista", mas com caráter de exceção.

Efetivamente, no alvorecer da década de 1950, Uberlândia era já uma cidade dinâmica, com um ritmo de crescimento acentuado, com expressiva arrecadação tributária (o que que possibilitava à classe dominante local criticar implacavelmente os sucessivos governos estaduais, acusando-os de ignorarem a cidade).²⁴ O dinamismo da cidade acentuou-se a partir da segunda metade da década de 50, com a construção da capital do Brasil no Planalto Central, o que fortaleceu a posição geográfica estratégica do Triângulo Mineiro, dada a condição de ponto de passagem inevitável para comunicação de Brasília com São Paulo e Rio de Janeiro. A complexa rede de comunicações montada, situando Uberlândia em suas rotas, foi decorrente dessa proximidade com a capital federal, bem como do empenho de uma classe social ambiciosa. Além disso, instalaram-se em Uberlândia várias atividades de apoio à construção de Brasília.²⁵

²⁴ ERANDAC, C. A. op. cit., p. 115-6; *Correio de Uberlândia*, 21/4/1959, p. 3; 26/1/1960, p. 1; 23/7/1960, pp. 1 e 2 (artigo de Reinaldo Casabona); 28/7/1960, pp. 1 e 2; 30/7/1960, pp. 2 e 8 (discurso de homenagem do prefeito local ao candidato ao governo de Minas, Magalhães Pinto).

²⁵ ERANDAC, op. cit., p. 137.

Também a industrialização toma corpo no período, fazendo eco à política desenvolvimentista do governo JK, facilitada pelo projeto local de constituição de uma estrutura industrial que integrava a produção rural ao processamento urbano.²⁶

O dinamismo econômico e demográfico fez-se acompanhar das mazelas do desenvolvimento capitalista: os contingentes pobres da população foram distribuídos pelos arredores da cidade, em habitações precárias, sem infraestrutura de saneamento básico, entregues à luta pela sobrevivência através do trabalho, ou do roubo, ou da mendicância, ou da assistência social privada.

Apesar da complexidade sempre crescente da vida urbana local, a peculiaridade das relações sociais acima identificada tem mantido o curso do desenvolvimento histórico nos limites estabelecidos pela classe dominante. Cumpre divulgar o caráter desse processo, bem como as práticas que o sustentam cotidianamente, como meio de abrir espaços para a manifestação dos diversos segmentos sociais nativos ou imigrantes, que hoje constituem a cidade.

²⁶ FREITAS & SAMPAIO, op. cit., p. 51.

A CONSTRUÇÃO DE UMA METRÓPOLE REGIONAL

Na memória de muitos dos uberlandenses,²⁷ nessa época a cidade circunscrevia-se a um pequeno espaço entre a linha de ferro da Companhia Mogiana e o rio Uberabinha, no sentido norte/sul, e a avenida Rio Branco e o ribeirão Cajubá, no sentido leste/oeste. Além desses marcos havia ainda o bairro do Patrimônio, a sudeste - reduto de negros e operários,²⁸ - a vila Operária, ao norte - núcleo inicial de residências de trabalhadores - e vielas esparsas que se alternavam com os limites de algumas fazendas ou com o "mato", de onde se retirava a lenha para uso doméstico.

Esta memória, simultaneamente, aproxima-se e distancia-se da realidade. Efetivamente, o espaço urbano contava já inúmeros bairros:

²⁷ Argemiro Lima e João Cândido Pereira (membros da diretoria da Associação dos Motoristas em 1964, quando a entidade sofreu intervenção federal), Maria de Lourdes Castro (doméstica, 53 anos), Júlio Albino (primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário, criado em 1953), Sebastião Marques (trabalhador da construção civil - mudou-se para Uberlândia no início da década de 50) e outros.

²⁸ LOURENÇO, Luiz A. Bustamante. Bairro do Patrimônio: mocambos e salgaçeiros. Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura, 1987.

"...Copacabana onde se localiza o encantador Praia Clube; estende-se por essas fertilíssimas terras marginais: vilas Tubalina, Tabajara, Resende Junqueira, Zulmira e Industrial, traçadas por vias de perfeita conformação urbanística; ao Norte, vilas Presidente Roosevelt, Tabocas, Erasil, Marta Helena; a Oeste, Flcresta e Tibery, a cidade nova. Ao Sul, vilas Saraiva, Lidice, vila Póvoa e Altamira adornam com suas soberbas casas residenciais, esta parte da cidade."²⁹

Entretanto, segundo Beatriz Soares, esses bairros consistiam em loteamentos, em grande parte vagos, com poucas residências. O total de lotes em Uberlândia em 1958 alcançava o número de

"28.271 para uma população de 61.142 habitantes e, considerando-se cinco pessoas por lote, a cidade apresentava naquele momento um excedente de 16.043 lotes, ou seja, 56,5% dos terrenos estavam desocupados".³⁰

Na década de 50, a população cresceu de 56.000 habitantes, em 1950, para 70.000, em 1958.³¹ Esse crescimento populacional ocorreu concomitantemente à expansão das atividades econômicas. Segundo o **Correio de Uberlândia**, em 1956 a cidade

"já contava 12 estabelecimentos de crédito, quase 2.000 veículos a motor, 6 órgãos de imprensa (três jornais diários e três rádios emissoras); grandes hospitais e casa de saúde, notável parque

²⁹ ARANTES, Jerônimo. Uberlândia Ilustrada, 1956, p.2. Citado por SOARES, E. R. Op. cit., p. 56.

³⁰ SOARES, E. R. Op. cit., pp. 55-6.

³¹ **Correio de Uberlândia**, 7/9/1958, p. 5.

educacional; 20 organizações de assistência social."³²

Em 1958, já contava com uma atividade industrial relativamente extensa (Cr\$ 1.349.008.691,00) e com uma atividade comercial cada vez mais dinâmica e agressiva (Cr\$ 2.504.000.000,00).³³ Ao final da década, a industrialização foi revitalizada por uma série de medidas dos políticos e empresários locais.

Os depoimentos colhidos entre os trabalhadores informam o vigor econômico da cidade na segunda metade da década de 50. O sr. Sebastião Marques tem a seguinte lembrança a respeito:

"... tava crescendo, né, mas Uberlândia nessa época ainda não era essa coisa espantosa igual é hoje, né. Era uma cidade assim um pouco parada ainda, né. Depois veio um período aí, eu não tou mais a par qual é o ano, assim logo que iniciou os primeiros prédios aqui em Uberlândia, veio uma crise muito boa aqui em Uberlândia, boa mesmo."³⁴

Ele se refere ao "boom" da construção civil, provocado pelo início da verticalização da cidade em 1956, com a construção do edifício Tutal Vilela, de 16 andares.

³² Idem, 8/5/56, p. 5.

³³ Idem, 7/9/1958, pp. 1 e 8. Estes dados foram fornecidos ao jornal pela ACIUF.

³⁴ Sebastião Marques, 54 anos, pedreiro. Entrevista realizada em 1986.

Nesse período, além da construção desse edifício, outras obras eram realizadas, tanto privadas quanto públicas. Em 1957, o jornal **O Triângulo** anunciou euforicamente que

"para os lados e para o alto cresce Uberlândia [19/9/1957, p. 1]: "quase que diariamente Uberlândia é enriquecida com a entrega de um novo prédio ou residência, melhorando sempre o aspecto geral de nossas vias..."

Construíam-se então os primeiros "arranha-céus" da cidade: edifício Drogasil (8 andares) e Tubal Vilela (16 andares). Já em 1962, porém, o **Correio de Uberlândia** informou que

"sua paisagem varia dia para noite... seus nove arranha-céus prontos e 12 em meio caminho, a policromia de sua noite enfeitada de neon, o tapete asfáltico cobrindo suas vias centrais..."³⁵

A expansão imobiliária verticalizada no centro da cidade destinava-se às classes alta e média alta. Daí a preocupação com a produção de serviços sociais próprios à composição do conforto material. Por outro lado, servia também à construção da imagem de cidade progressista e moderna:

"O prédio de apartamento dá fisionomia de capital à urbe sertaneja, que primeiro alargou a sua área pelos campos próximos, na ânsia de progresso, e agora projeta-se pelo espaço em muros de cimento e ferro até ser tocada pela carícia das nuvens baixas."³⁶

³⁵ **Correio de Uberlândia**, 1/9/1962, p. 1.

³⁶ PAES, Licydio. Cidade vertical. In: **Correio de Uberlândia**, 28/10/1959, p. 1 e 2; e ainda: **Correio de Uberlândia**, 20/9/1959, 15/10/1959, 9/2/1960, 25/7/1959, 14/1/1960 e 9/1/1960.

Contrastando com esta imagem, o crescimento horizontal se realizava desordenadamente, sem planejamento e sem infra-estrutura de saneamento básico nas periferias para onde afluíam os migrantes trabalhadores. SOARES informa que o processo de industrialização local fez com que

"a questão da moradia se tornasse) cada vez mais séria, apareceram favelas ao longo dos trechos de estradas que contornavam a cidade e os preços dos aluguéis atingiram valores altíssimos."³⁷

Além de morarem longe e desordenadamente,³⁸ os trabalhadores tinham dificuldade de acesso à casa própria. Em função disso, empenharam-se na luta pela aquisição da casa através dos órgãos públicos para isto instituídos: a Fundação Casa Popular e os Institutos de Aposentadoria e Pensão.

Aguelo construiu dois conjuntos residenciais em Uberlândia, com poucas casas destinadas aos apadrinhados dos políticos.³⁹ O segundo conjunto, com 80 casas, foi construído entre 1957 e 1959; o primeiro, com 50 casas, foi construído no bairro do Patrimônio, tendo sido entregue aos proprietários em 1954. Segundo um morador do bairro

³⁷ SOARES, E. E. Op. cit., pp. 55-6.

³⁸ Idem, *ibid*, p. 59.

³⁹ Idem, *ibid*, p. 49.

"as casas populares eram boas, mas muito poucas, só algumas pessoas conseguiram comprar aquelas casas, encravadas no cerrado. Os moradores das casas populares nunca se misturavam com o pessoal do Patrimônio, parecia que eles tinham o rei na barriga. Só foi morar ali quem tinha padrinho político".⁴⁰

As reivindicações de moradias aos IAPs foram constantes, mas o atendimento foi irrisório. O IAPB (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários) construiu um conjunto de 24 casas para os seus associados, entre 1959 e 1962.⁴¹ O IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários) criou grande expectativa entre os trabalhadores locais, prometendo-lhes as casas sonhadas. Entretanto, apenas 20 foram beneficiados com o financiamento decorrente da verba de 10 milhões de cruzeiros destinados a Uberlândia.⁴²

A expansão imobiliária em Uberlândia - até mesmo para a classe trabalhadora - fez-se através da ação da Imobiliária Tubal Vilela, a qual tinha como dinâmica de expansão a oferta de lotes e financiamento de casa própria por baixos custos e com prazos longos para pagamento. Outra

⁴⁰ Citado por SCARES, p. 51.

⁴¹ Correio de Uberlândia, 10/6/1962, p. 1; 17/7/1962, p. 1; 19/11/1959, p. 8.

⁴² Idem, 2/8/1962, p. 6; SCARES, B. R. Op. cit., p. 60a.

modalidade de incentivo dessa imobiliária à aquisição da casa própria, consistia em aceitar mercadorias diversas na transação comercial do lote ou da casa.⁴³ Os loteamentos assim transacionados situavam-se na periferia da cidade, com vistas à expansão da área urbana e à especulação imobiliária.⁴⁴

Portanto, Uberlândia cresceu, ampliou a área urbana devido a loteamentos esparsos e à construção de alguns conjuntos habitacionais distantes do centro comercial dinâmico. Excetuando-se a área inscrita na memória dos trabalhadores entrevistados, o restante da cidade era disperso, dificultando a expansão dos serviços urbanos básicos, como redes de água, esgoto e energia elétrica, pavimentação e transporte coletivo.

Em 1956, o jornal *O Triângulo* criou uma seção intitulada "**Povo reclama**" em que eram constantes as denúncias de falta de energia elétrica nos bairros; existência de ruas esburacadas, com predominância nas áreas

⁴³ SOARES, E. R. Op. cit., pp. 34-5; entrevista concedida por Roberto Vieira (fotógrafo, sobrinho do sr. Tubal Vilela) em 1987.

⁴⁴ SOARES, E. R. op. cit., p. 61.

periféricas; acúmulo de sujeira e lixo nas vias públicas.⁴⁵ Nessa época, o transporte coletivo também era precário. Além de serem poucas as linhas (Bairro Operário e Vila Martins até 1960, quando foi criada a linha da Av. Araquari), o serviço era de má qualidade, com ônibus muito lotados, circuito demorado e início da circulação após o começo de muitas das atividades econômicas.⁴⁶

O progresso almejado e propagado implicava o dinamismo do setor de construções, embelezamento das áreas nobres da cidade (onde residiam a burguesia e a classe média alta), a ampliação das vias e meios de comunicação com o restante do país, em dinamismo comercial, a implantação de indústrias e na apresentação de uma cidade asséptica, sem fobias, sem desordem, sem contestação.

Esta imagem foi construída com zelo pela classe dominante, concomitantemente ao empenho pela industrialização da cidade. Para viabilizar o projeto de

⁴⁵ O Triângulo, 22/2/1956, p. 4; 23/2/1956, p. 4; 26/2/1956, p. 4; 11/3/1956, p. 4; 28/4/1956, p. 2; 29/4/1956, p. 2. também o Correio de Uberlândia denuncia a falta de energia elétrica, água e esgoto nos conjuntos habitacionais em nota publicada no dia 16/12/1960, p. 1, bem como os vários problemas acima mencionados em: 11/2/1960, p. 8; 16/2/1960, p. 1; 4/9/1960, p. 1; 7 e 8/6/1962, p. 8; 2/9/1962, p. 1.

⁴⁶ Correio de Uberlândia, 21/5/1960, p. 8; 26/5/1960, p. 1.

industrialização muitas demandas fizeram-se necessárias, expressas nas reivindicações para expansão e melhoria do sistema viário e de comunicação, na expansão das fontes e na distribuição de energia, na criação de condições para constituição de uma força de trabalho conforme as necessidades de expansão do capital, na preparação de condições para formação de quadros administrativos empresariais, na expansão do sistema financeiro.

Na segunda metade da década de 50, esse projeto pôde ser implementado em dimensão mais ampla, dada a sua consonância com a política desenvolvimentista do governo JK, fundada essencialmente no

"crescimento econômico acelerado, através da industrialização, com especial atenção para as necessidades infraestruturais".⁴⁷

Dentre os objetivos mais gerais do Programa de Metas, destacava-se a expansão da indústria de base, como a automobilística, indústria pesada e de material elétrico pesado, estimulando investimentos privados nacionais e estrangeiros. A implementação desse objetivo derivou na criação de setores industriais novos e na expansão e

⁴⁷ CARDOSO, Firian Lincoire. Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK - JG. R. J., Paz e Terra, 1978, p. 94.

modernização de outros mais, nas áreas de energia, transportes, alimentação e indústria de base.⁴⁸

As medidas em prol do desenvolvimento de Uberlândia, a partir de então, afinam-se perfeitamente com as orientações da política desenvolvimentista e contam com o apoio do aparato não só do governo federal, como do governo estadual, o qual começa a implementar uma política de descentralização industrial.⁴⁹

Na segunda metade da década de 50, concentraram-se os esforços para a construção e melhoria de uma grande quantidade de rodovias intermunicipais e interestaduais, a saber: BR 050 (ligação Brasília/Santos), especialmente nos trechos relativos ao Estado de São Paulo, Uberlândia/Uberaba e Uberlândia/Cristalina; BR 153 (ligação Livramento-PS/Belém-PA), a qual passa próximo a Uberlândia e que, conforme instâncias de políticos goianos, ameaçava a hegemonia comercial de Uberlândia no sul de Goiás. A ingerência local na construção dessa rodovia favoreceu os

⁴⁸ IANNI, C. Estado e Planejamento econômico no Brasil. 4 ed., R.J., Civilização Brasileira, 1986, p. 159-177.

⁴⁹ CAMIN, Francisco. Descentralização industrial e interiorização do desenvolvimento - alguns aspectos da experiência mineira. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia Industrial/UFRJ, 1990, p. 30.

interesses do capital uberlandense; BR 365 (ligação Montes Claros/Canal de São Simão, passando por Uberlândia); BR 452 (ligação entre a BR 060 e a BR 262) cujo trecho entre Itumbiara e Rio Verde no Estado de Goiás favoreceu "a supremacia uberlandense no intercâmbio comercial com o sudoeste goiano"; BR 497 (Uberlândia /Prata), com vistas à interligação com a BR 158 com destino a Campo Grande no Mato Grosso do Sul, a qual cruza, em Três Lagoas, com a BR 262.⁵⁰

A finalidade precípua dessa malha rodoviária seria a efetivação de Uberlândia como centro comercial hegemônico no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, bem como no sudoeste goiano, com sustentáculos por todo o estado de Minas Gerais, centro-oeste e norte do Brasil.

No começo da década de 60, a tônica das demandas pelo desenvolvimento de Uberlândia incidiu sobre a instalação do sistema de micro-ondas, expansão da rede telefônica e melhoria das condições técnicas para funcionamento do telefone, captação da imagem televisiva e ainda mais rodovias.⁵¹

⁵⁰ ACIUB - ex Revista. Publicação comemorativa do cinquentenário da ACIUB, 1983, pp. 41-5.

⁵¹ Correio de Uberlândia, 13/2/1959, p. 1; 28/5/1959, p. 6; 21/11/1959, p. e 2; 15/12/1959, p.1; 12/5/1960, p.1; 7 e 8/6/1962, p.1; 10/6/1962, p.1 e 10; 28/7/1962, p.1.

A par com a expansão do sistema de comunicações, desenvolveu-se a luta pela multiplicação do fornecimento de energia. O provimento da energia local era realizado por uma empresa privada, a Companhia Prada. Esta, a partir da década de 50, deixou de ter condições para prestar esse serviço, segundo informa a revista comemorativa do cinquentenário da ACIUB, bem como denúncias nos jornais: racionamentos freqüentes, interrupções imprevistas da corrente de energia e alterações inesperadas de ciclagem.⁵²

De acordo com a ACIUB em Revista, a Prada não resolvia os problemas por ter se desmotivado com a remuneração:

"As razões da concessionária eram válidas do ponto de vista econômico. A Prada era uma sociedade privada. Investia numa atividade pública onde a remuneração atingia no máximo 12% ao ano. Era uma remuneração relativamente baixa num país onde a inflação sempre esteve acima desse percentual, principalmente a partir da década de 50. Por outro lado, nessa época ainda não havia a compensação da correção monetária. Ora, com esse rendimento máximo era impraticável qualquer investimento. Em síntese, a Prada não tinha nenhum objetivo de aumentar suas fontes de energia."⁵³

⁵² ACIUB em Revista, p. 63-9; Correio de Uberlândia, 2/9/1962, "Uberlândia no escuro: povo reclama na Prada; 24/2/1960, "Grita geral na cidade: Cia. Prada aumenta tarifas de força e luz"; O Triângulo, 28/4/1956, p.2.

⁵³ ACIUB em Revista, 1983, p. 63.

Entretanto, apesar desta justificativa, os contratos de concessão foram renovados sucessivamente até 1973, quando a concessionária foi encampada pela CEMIG (Centrais Elétricas de Minas Gerais), evidenciando, por um lado, que a atividade era rentável e, por outro, um grande descaso da Companhia pelas necessidades da sociedade.

A busca de solução para o problema passou por instâncias junto ao Governo Federal para vincular Uberlândia aos complexos energéticos de Cachoeira Dourada/Rochedo/Paranoá, em Goiás e Furnas/Peixoto em Minas Gerais. Entretanto, a solução só ocorreu em 1973 com a encampação da Cia. Prada pela CEMIG.⁵⁴

O motivo principal da reivindicação pela ampliação do fornecimento de energia era o projeto de industrialização da cidade. As condições para o desenvolvimento industrial haviam sido dadas desde a primeira metade do século XX. Segundo FBEITAS & SAMPAIO, no Triângulo Mineiro

"O desenvolvimento das relações capitalistas de produção, principalmente a partir dos anos 40, destruiria parcelas crescentes das atividades artesanais (os pequenos produtores independentes), concentrando a produção dentro de cada ramo industrial e unificando o mercado. (...) As migrações de capitais entre um mesmo grupo de interesses permitiram que as indústrias nascidas nas décadas de 30 ou 40, ou mesmo antes, se consolidassem e, acompanhando o padrão tecnológico, se expandissem.

⁵⁴ Idem, pp. 63-9.

[...] Os capitais do campo e da cidade confundiam-se. [...]

Em 1954 a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais realizou um cadastro das indústrias do Estado. [...] Neste ano, 208 das 525 indústrias da região eram agroindústrias (e 123 extrativas mineral e vegetal). Começavam a se esboçar as condições para a transferência ao setor produtivo do pólo dinâmico de valorização, até então no comércio de mercadorias.

Uma fração moderna do bloco regional de capital partiria à frente, integrando a produção do campo e cidade e recriando em novas bases o poder de articulação política regional. Um exemplo típico desta integração é o grupo CAFPEPE. Sua origem como grupo data do início dos anos 50 e contava, em 1963, com as seguintes atividades industriais: Moimbo Sete Irmãos S/A, Granja Planalto S/A, Instituto Vallée S/A, Frigorífico Ituiutaba S/A (Matadouro Industrial Ituiutaba S/A), Construtora Rodoviária União - CEUSA S/A; e agrícolas: Cia. Agropastoril e Industrial do Planalto, Cia. Agroindustrial de Goiás (CAGIGO); e Financeira Banco do Planalto S/A".⁵⁵

Na segunda metade da década de 50, a industrialização de Uberlândia tornara-se uma meta a ser atingida a qualquer custo. Em 1956, um memorial dirigido ao Presidente da República solicitando a solução do problema da energia, assim se refere à situação industrial de Uberlândia:

"... se dispuséssemos de energia à altura da demanda, não só das indústrias instaladas, como daquelas que deixaram de ser instaladas, tais como: Materazzo, Antártica, Fábrica de Tecidos, etc., poderíamos ter uma idéia dos prejuízos que vêm sendo suportados pelo município."⁵⁶

⁵⁵ FREITAS & SAMPAIO, op. cit., pp. 50-6.

⁵⁶ O Triângulo, 17/3/1956, p. 1.

Durante todo primeiro semestre de 1957, o jornal O Triângulo implementou uma campanha pró-industrialização da cidade, procurando envolver todas as pessoas com alguma projeção social no processo produtivo e no cenário político: empresários, sindicalistas, técnicos, prefeito, deputados.⁵⁷ Em 1958, a ACIUB deu continuidade à campanha, convidando grandes empresas a instalarem aqui unidades fabris. Argumentava-se que

"Uberlândia tem necessidade imediata de industrializar-se, pois outros centros que dependiam desta em passado recente, já estão hoje se tornando autônomos, por já disporem de facilidade de crédito, pelo avanço da rede bancária, de energia elétrica e de meios de transportes, através do incremento dos caminhões e da construção de rodovias."⁵⁸

No dia 23 de maio de 1959, foi criada oficialmente a Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia. Nesta comissão havia representantes das diversas entidades da sociedade civil uberlandense, inclusive as dos trabalhadores.⁵⁹ Seguindo-se a essa proposta, a ACIUB deu início também ao projeto de construção de um

⁵⁷ Idem, 11/7/1959, p.1; 17/7/1959, p.7.

⁵⁸ ACIUB, reunião da diretoria, 8/7/1958, ata n. 933.

⁵⁹ Correio de Uberlândia, 23/5/1959, p.1.

Pavilhão das Indústrias.⁶⁰ Em decorrência dos esforços da classe dominante local, Uberlândia foi escolhida para sediar o Congresso Regional de Desenvolvimento Industrial.⁶¹ Além dessas medidas, fez-se o levantamento sistemático das possibilidades industriais de Uberlândia e o sr. Tubal Vilela da Silva prestou-se a doar um terreno para instalação da Cidade Industrial, a ser escolhido entre três bairros da cidade.⁶²

A intensificação, em 1959, das atividades em prol da industrialização local foi motivada pelo projeto estadual de criação de dez Cidades Industriais no interior de Minas Gerais, tendo sido apontada Uberaba como a possível sede da Cidade Industrial do Triângulo Mineiro.

Entre 17 e 19 de julho de 1959, realizou-se em Uberlândia o II Congresso Industrial de Minas Gerais,⁶³ ou

⁶⁰ Idem, 7/6/1959, p.3.

⁶¹ Idem, 7/6/1959, p.3; 16/6/1959, p.1.

⁶² Idem, 2/6/1959, pp. 1 e 6. Porém, os terrenos utilizados não foram os da sua propriedade.

⁶³ O primeiro fora realizado na cidade de Governador Valadares.

Congresso Regional de Desenvolvimento Industrial, cujo temário consistiu de: 1- criação da Cidade Industrial; 2- planejamento industrial; 3- energia; 4- transportes, comunicações, armazenagens; 5- financiamento; 6- benefícios do poder público à região; 7- arregimentação da iniciativa particular.⁶⁴

Entre as diversas recomendações aprovadas pelo Congresso, havia uma de imediata execução, arrolada no tema "Cidade Industrial":

"que a Comissão Permanente de Defesa dos Interesses de Uberlândia seja revestida de poderes pelo Governo Estadual para, em coordenação com o Conselho Estadual de Economia e Administração e o Departamento de Fomento Industrial da Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, promover, em tempo hábil, a criação, localização e organização da Cidade Industrial de Uberlândia".⁶⁵

Essa proposta foi convertida em medida oficial pelo governo estadual no dia 29 de agosto, quando foi publicado no órgão oficial do Estado de Minas Gerais ato do governador investindo os membros da referida Comissão de poderes para criação da Cidade Industrial de Uberlândia. Ao final de setembro, já haviam dado início aos serviços de

⁶⁴ Correio de Uberlândia, 23/6/1959, p. 1.

⁶⁵ Idem, 21/7/1959, p. 1.

terraplenagem da área escolhida e à execução do planejamento urbanístico.⁶⁶

Uberlândia foi, portanto, incluída no projeto estadual de instalação de Cidades Industriais, sem exclusão de Uberaba. Porém, é necessário salientar que esta medida não interessava ao governo estadual. Foi, portanto, uma realização conseguida devido às pressões do setor empresarial e dos políticos locais.⁶⁷

Praticamente, todas as recomendações do II Congresso Regional de Desenvolvimento Industrial foram implementadas a curto e a médio prazos: ampliação do sistema de energia elétrica, expansão da rede rodoviária, instalação de uma escola agrotécnica, estímulo ao investimento privado, planejamento sistemático do processo de industrialização.

Outras recomendações foram sendo implementadas paulatinamente, inclusive a instalação de diversas indústrias na região.

⁶⁶ Idem, 29/9/1959, p. 1.

⁶⁷ SOARES, E. E. Op. cit., p. 57.

Outras demandas, não menos importantes, referem-se à formação da força de trabalho e do quadro técnico-administrativo.

O sistema educacional uberlandense era constituído, predominantemente, pelo ensino primário, de responsabilidade do Estado de Minas Gerais (5 Grupos escolares em 1959)⁶⁸ e uma escola pública em que funcionavam os níveis ginásial, colejial e magistério para a escola primária (Colégio Estadual de Uberlândia). Além das escolas públicas, havia os colégios particulares: Liceu de Uberlândia, Colégio Brasil Central e Colégio Nossa Senhora das Lágrimas. Havia ainda algumas escolas primárias de responsabilidade do governo municipal. O sistema educacional era complementado pelas escolas profissionalizantes do SESI, SESC e SENAC, bem como pelo Patronato de Menores (Fazenda Escola Rio das Pedras).

O ensino fundamental ministrado pela escola pública era suporte essencial para a formação profissional, a qual recebeu muito mais atenções e mereceu maiores preocupações do setor empresarial.

⁶⁸ Correio de Uberlândia, 24/9/1959, p. 1.

Desde o começo da década de 50, esse setor promovia demarches junto às autarquias do SESI, SESC e SENAI para instalarem cursos rápidos de formação profissional da mão-de-obra.⁶⁹ Ao mesmo tempo, lutou-se insistentemente pela construção das Escola Vocacional e Escola Agrotécnica.⁷⁰ Argumentava-se, relativamente à primeira, tratar-se

"de instituição que visa a determinar a formação profissional, a servir de base ao ensino técnico e

⁶⁹ ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 749, 882, 886, 892, 920, 928, 965, 971, 976, 999, 1010, 1025, 1031, 1033, 1036, 1041, 1052 - entre 15/6/1954 e 25/4/1961 - (gestões referentes ao SESI); atas n. 851, 955, 1023, 1028, 1063 e 1142 - entre 6/12/1956 e 18/12/1962 - (gestões referentes ao SESC e SENAC); ata n. 1124, 4/9/1962. Este documento informa que o SENAI não pode ser instalado em Uberlândia porque tradicionalmente "se estabelecia) em locais previamente caracterizados como parques de indústria de base", com exceção de Uberaba onde havia uma escola da autarquia.

⁷⁰ **Correio de Uberlândia**, 12/8/1958, p.1; 7/2/1959, p.1; "Recomendações da Comissão 'Assuntos Gerais' ao II Congresso Regional de Desenvolvimento Industrial", 30/7/1959, p.5; 12/10/1959, p.1; ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 781, 859, 862, 866, 871, 875, 876, 877, 881, 882, 883, 888, 889, 890, 904, 910, 920, 927, 934, 955, 960, 972, 975, 990, 1057, 1066, 1070, 1105 - entre 15/2/1955 e 17/4/1962 (esta ata informa que a entidade recebera convite para inauguração da escola, a qual se realizara no dia 15/4/1962) - (gestões relativas à Escola Vocacional). **Correio de Uberlândia**, 24/2/1959, p.1; 2/6/1959, p. 1 e 6; 30/7/1959, p.5; 15/12/1959, p.1; ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 745, 857, 863, 886, 868, 871, 873, 875, 877, 888, 890, 891, 904, 907, 910, 914, 955, 960, 972, 979, 992, 1023, 1029, 1032, 1071, 1109, 1111, 1146, 1159, 1173 - entre 12/5/1954 e 20/8/1963, quando a escola achava-se ainda em construção (gestões relativas à Escola Agrotécnica).

a preparar a mocidade para as lutas construtivas da grandeza nacional...⁷¹

Quanto à Escola Agrotécnica, no Congresso Industrial Regional, justificou-se a sua criação como meio necessário à fixação do homem no campo a fim de garantir a

"produção de matéria prima, produção de gêneros alimentícios e, ao mesmo tempo, o equilíbrio do mercado interno, mantendo, pois, o consumo da produção industrial".⁷²

A Escola Vocacional (atual Escola Estadual Professor Bené Giannetti) foi inaugurada em 1962, enquanto que a Escola Agrotécnica foi concluída alguns anos depois.

Foi considerada também de grande importância a formação de quadros técnico-administrativos de nível superior. A primeira escola superior da cidade foi a Faculdade de Direito, criada em 1958. Hoje, grande parte dos causídicos e dos membros do Poder Judiciário local, assim como inúmeros elementos da administração pública, são oriundos dessa escola.

Fouco depois, em 1960, foi criada a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras com a tarefa de formar educadores, bem como

⁷¹ ACIUB, assembleia geral, ata n. 857 (discurso de posse do presidente Renato Humberto Calcagno).

⁷² Correio de Uberlândia, 30/7/1959, p.5. Relatório da Comissão de Assuntos Gerais do II Congresso Regional Industrial.

"moldar os espiritos jovens, dar-lhes uma cultura geral, orientá-los no perfeito aproveitamento da inteligência e prepará-los para o pleno gozo de tudo que dignifica e enaltece o homem",⁷³

Já nos meados da década de 50, iniciou-se um movimento na cidade pela criação de uma escola federal de engenharia. Todos os homens "probos" e ricos de Uberlândia, assim como todas as entidades oficialmente instituídas, participaram desse movimento até a sua culminância, com a criação e instalação da referida escola, em 1961.⁷⁴

Subseqüentemente, empenhou-se pela criação das escolas de Economia, Medicina e Veterinária. A criação da escola de medicina corcorou o processo de construção e instalação do Hospital das Clínicas, conforme se verá à frente.

O ensino superior de Uberlândia era prioritariamente constituído por escolas particulares.

⁷³ Correio de Uberlândia, 13/12/1959, p.1.

⁷⁴ ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 872, 873, 904, 907, 930, 932, 934, 978, 1002, 1023, 1038, 1059, 1064, 1066, 1067, 1070, 1098, 1141, 1152, 1177 e 1183 - entre 16/5/1957 e 30/1/1964. Após a criação da escola, as reivindicações referiram-se às instalações para o seu funcionamento.

Apenas a escola de engenharia era de caráter público.⁷⁵ Na década de 70, constituiu-se a Universidade de Uberlândia, fundação de caráter privado que aglutinava as diversas faculdades particulares e a Faculdade Federal de Engenharia. Em 1978, por ato oficial do então presidente Ernesto Geisel, essa fundação tornou-se a Universidade Federal de Uberlândia.⁷⁶

Observado o processo de construção da infraestrutura econômica e de serviços da cidade, cabe incursionar pela trama das relações que se desenharam e que determinaram o produto urbano.

⁷⁵ Idem, ata n. 1145, 29/1/1963.

⁷⁶ PROJETO Memória da UFU. Uberlândia, 1984, p. 10.

2. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

A expansão econômica da década de 50 implicou o crescimento demográfico de Uberlândia. Nesse período, um grande contingente de trabalhadores da região dirigiu-se à cidade em busca de trabalho para o sustento da família. O crescimento da população, entre 1950 e 1960, foi da ordem de 37% (1950 - 54.984 hab; 1960 - 87.678 hab,²⁷ sendo que o aumento populacional foi maior entre 1955 (66.000 hab.) e 1960.

Segundo FREITAS E SAMPAIO, nesse período, a dinâmica populacional na região teve o seguinte comportamento: na década de 40, o crescimento da população do município de Uberlândia foi de 0 a 3 hab/ quilômetro quadrado, enquanto que na década seguinte essa proporção aumentou para 3 a 5 (mapas V-3); a população urbana cresceu na proporção de 3 a 5 hab/quilômetro quadrado na década de 40 e de 5 a 10 na década posterior (mapas V-5). Por sua vez, a população rural decresceu nas áreas próximas ao município de Uberlândia (abrangendo aproximadamente 30 sub-áreas), passando de um crescimento proporcional de até mais de 10

²⁷ Correio de Uberlândia, 8/5/1956, p.5.

hab/ quilômetro quadrado, para -5 a 0 hab/quilômetro quadrado. Houve, porém, um aumento do crescimento da população rural no pontal do Triângulo Mineiro, indicando surgimento de fronteira agrícola na região.

Entretanto, se se observa o crescimento urbano de Uberlândia na década de 50, verifica-se que também essa cidade desempenhou o papel de atrativo populacional. De acordo com os dados do Censo Demográfico de Minas Gerais, o município de Uberlândia apresentava a seguinte composição demográfica: em 1940, um terço da população total vivia na área urbana; em 1950, a diferença reduzira-se acentuadamente e, em 1960 a população urbana já superara a população rural em aproximadamente 30.000 habitantes (Dados retirados do Anuário Estatístico de Minas Gerais - 1982; tabulação: Núcleo de Pesquisa e Análise de Conjuntura, Departamento de Economia/UFU).⁷⁸

O aumento do contingente populacional implicou a necessidade de ampliação dos serviços urbanos. Mais que isso, o crescimento urbano implicou a reordenação das relações sociais. Na ótica dos detentores do poder, essa reordenação social deveria processar-se em adequação ao

78 FREITAS, F. S. RAIS & SAMPAIO, Roberto Cury. Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. UFU, 1985, Anexo V.

projeto de dominação vigente. Daí a preocupação em dotar a cidade de uma infraestrutura suficiente para absorver os migrantes de forma controlada. Objetivamente, isso significou para a classe dominante estar atenta às exigências da vida coletiva, determinando os meios e as condições para suprir as necessidades sociais. Ou seja, a existência de contingente numeroso de pobres, trabalhadores efetivos ou temporários e não trabalhadores, vivendo conforme suas próprias opções e gostos, ameaçava a ordem e a imagem asséptica da "Cidade Jardim".

Já em 1954, a Prefeitura Municipal contratou um técnico para elaborar um Plano Diretor para a cidade. A preocupação básica imprimida ao projeto foi com a organização espacial. Previu-se aí a criação de amplas vias de circulação, desimpedidas dos transtornos da aglomeração populacional, através da projeção de

"avenidas com largura suficiente para atender a um movimento mais intenso. Nos leitos dos vários cursos d'água que banham a cidade, projetamos amplas avenidas sanitárias. Essas avenidas encarregar-se-ão de distribuir o tráfego pela cidade, aliviando as ruas de menor largura. (...)

As avenidas sanitárias servirão também para intercomunicação das diversas entradas da cidade, para veículos em trânsito, isto é, que se não destinem a Uberlândia. Servirão, outrossim, para distribuir o tráfego pesado urbano, substituindo as avenidas radiais..."⁷⁹

⁷⁹ ROSCOE, Otávio. Planta Cadastral e Plano de Urbanização da cidade de Uberlândia, executados pelo Departamento Geográfico do Estado de Minas Gerais. Separata do

O planejamento racional do crescimento da cidade procurava dar conta da construção de um espaço propício às atividades econômicas, mas também de uma realidade que fugia aos anseios de civilização vigentes. No bojo da intenção civilizadora de uns vigorava a realidade amarga das más condições de vida de parte da população urbana. A imagem de Uberlândia como cidade rica, próspera, ordeira, bem cuidada, com uma população saudável e com boas condições de vida, foi frequentemente refutada pelo modo de viver e de se comportar dos trabalhadores.

AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES

As condições de vida dos trabalhadores não eram exatamente como a classe dominante pretendia fazer parecer. Apesar daqueles afirmarem genericamente nos depoimentos que "naquele tempo dava para viver, não era difícil como agora", foi constatada através de algumas perguntas específicas e da observação *in locu*, grande incoerência entre o discurso atual e a realidade passada.

Boletim do Departamento de Estrada de Rodagem, dezembro de 1954, n. 6, p. 23.

"Olha... o custo de vida não era que era difícil, nem caro demais. Acontece que na época, pra o pobre era difícil era porque não tinha trabalho, assim... trabalho bom, de todo mundo trabalhar. Parece que aquele povo que era empregado, bons emprego, tudo bem. Mas a parte do serviço de pedreiro, era uma coisa muito lenta, né, não desenvolvia muito, então não tinha assim trabalho contínuo, diário, p'ras pessoas. Inclusive eu trabalhei aqui em Uberlândia, na época, trabalhei até de ajudante de caminhão da Cerâmica Paraana, porque não tava tendo serviço de pedreiro. Não é que era o custo de vida que era difícil, não. Era mesmo o problema do emprego, né". (Sebastião Marques dos Santos, pedreiro, 54 anos)⁸⁰

Os trabalhadores moravam, invariavelmente, nos arredores da cidade - bairro Brasil, bairro Tabocas (atual Ecm. Jesus), bairro Aparecida, vila Martins, Bairro do Patrimônio e próximo à estação ferroviária da Companhia Mogiana.⁸¹ As casas eram construções precárias, muitas vezes de chão batido, sem forro, raramente servidas por rede de água e esgoto. A rede elétrica era mais freqüente. As condições dessas residências não se alteraram muito, fornecendo um testemunho inquestionável das condições de

⁸⁰ Entrevista realizada em 1986.

⁸¹ Hoje, esses locais estão inteiramente urbanizados e constituem áreas centrais, ocupadas predominantemente pela classe média, com exceção do bairro do Patrimônio, o qual é ainda um reduto de população de origem negra (LUCRENCIO, Luiz A. B. Bairro do Patrimônio: mocambos e salgadeiras, Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura, 1987). Entretanto, mesmo este, foi recentemente cortado por uma ampla avenida, denunciando claramente a intenção da atual gestão municipal de sanear também o último reduto de pobreza e de resistência cultural próximo ao centro da cidade.

vida naquela época.⁸² Algumas casas foram beneficiadas com ferro no teto, banheiro interno com aparelhos sanitários, piso - de cimento ou de cerâmica. - As construções, porém, continuam baixas, ostentando os acréscimos mal arranjados, com aparência de decrepitude. Alguns operários da construção civil conseguiram construir casa de qualidade razoável no mesmo espaço adquirido na década de 50, às vezes com o recurso do mutirão.⁸³ Outros deslocaram-se para os conjuntos habitacionais recentes e continuam vivendo precariamente.

O sistema de saúde era bastante deficitário: os institutos previdenciários não davam assistência médica, oferecida precariamente pelo Centro de Saúde (estadual) e pela Santa Casa de Misericórdia (da Associação São Vicente de Paulo). Era a esta ou à caridade dos médicos que os trabalhadores costumavam recorrer, posto que o atendimento daquele mantinha-se muito precário, com um único médico para

⁸² Refiro-me às poucas residências preservadas nos bairros citados.

⁸³ Alguns exemplos: Júlio Albino, residente na atual avenida Ric Branco; "seu" Osvaldo, residente na atual praça Sérgio Pacheco (antigamente, proximidades da estação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro); Josué Lourenço, cuja viúva, Bení Soares Ramos, mora ainda na casa que construiu no bairro Brasil, com o recurso do mutirão.

atender a clientela, pelo menos até o ano de 1958.⁸⁴ Os principais meios de tratamento, no entanto, eram a medicina caseira, os conselhos dos vizinhos e parentes, a parteira prática para ajudar o nascimento do bebê, a "fé em Deus".

"Vim para Uberlândia ... naquela época aqui era muito difícil, e quando arranjava serviço, não tinha INPS (IAPF, na época lembrada), e mesmo assim, quando arranjava um patrão, falava assim: - 'mas eu não posso pagar benefício nenhum pra'ocê e se quiser trabalhar, cê trabalha ...' - e precisava trabalhar, porque já tinha esses meninos pra criar" (Raulino de Oliveira, 65 anos, pedreiro - entrevista concedida em 1987).

Raulino de Oliveira veio para Uberlândia em 1958. Suas memórias revelam uma Uberlândia em que não havia expansão econômica, pois não conseguia arranjar trabalho e, quando isso ocorria, era mal pago e não tinha acesso a nenhum benefício social. O seu discurso contraria a concepção, amplamente divulgada pelos jornais da época, de que Uberlândia crescia para a glória de todos os seus filhos, os quais eram diuturnamente convocados para a construção da "Cidade Jardim". Apesar da inegável expansão econômica da cidade, Raulino foi obrigado a sujeitar-se a duras condições de trabalho para criar seus filhos, sem

⁸⁴ ACIUB, reunião diretoria, ata n. 916, 6/2/1958.

nunca ser registrado em carteira e sem benefícios sociais

.85

O deslocamento para o trabalho era feito a pé ou de bicicleta, visto que havia pouquíssimas linhas de ônibus e as que havia eram, muitas vezes, inacessíveis às áreas onde moravam os trabalhadores, sobretudo porque esses não viviam de forma concentrada.

A SAÚDE DO POBRE: PROBLEMA A RESOLVER

Dadas as pressões populares sempre crescentes, muitas iniciativas foram tomadas por diversos setores da sociedade para ampliação dos serviços de assistência à saúde. O setor patronal discutiu insistentemente, na ACIUE, o problema da assistência à saúde do trabalhador efetivo - organizado em sindicato - e do não efetivo, disponível como reserva de mão-de-obra.

85 No decorrer da entrevista, Raulino mostrou-se como uma pessoa amargurada e ressentida pelas duras condições de vida a que fora obrigado a submeter-se. Entrevista realizada em 1987.

Fez-se muita pressão sobre os órgãos oficiais competentes para dotar os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensão) locais de assistência médica⁸⁶ para melhor equipar, com médicos e materiais, o Centro de Saúde,⁸⁷ a fim de se criar um posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência).⁸⁸ Esforçou-se ainda para dotar o SFSI e SFSC (Serviço Social da Indústria e Serviço Social do Comércio, respectivamente)⁸⁹ do serviço de assistência médica.

Nos documentos pesquisados, a assistência médica aparece como necessidade e exigência da sociedade. As entidades patronais criticam a incoerência da ação governamental, que cobra da sociedade pelos serviços que não

⁸⁶ ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 751, 760, 793, 828, 875, 876, 877, 880, 890, 891, 892, 893, 908, 914, 917, 919, 920, 933, 955, 971, 972, 1068, 1070, 1071, 1133, 1162, 1171, 1182, 1188 - entre junho de 1954 e abril de 1964.

⁸⁷ ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 892, 894, 915, 916, 918, 923, 927, 929, 933, 959, 960, 1094 - entre outubro de 1957 e fevereiro de 1962.

⁸⁸ Idem, atas n. 894, 925, 926 - entre outubro de 1957 e maio de 1958.

⁸⁹ Idem, atas n. 745, 746, 872, 889, 904, 914, 915, 939, 954, 955, 1004, 1014, 1093, 1095, 1107, 1109, 1130, 1172, 1189 - entre maio de 1954 e maio de 1964.

presta, Referindo-se à exigência de contribuições para a instituição dos serviços sociais públicos. Naquela época, o governo instituiu a cobrança de uma taxa excepcional de 1% para suprir as deficiências do serviço de saúde. Em função disso, os empresários locais intervieram junto aos poderes públicos, pressionando-os para cumprirem o papel social de assistir os trabalhadores.⁹⁰ Ou seja, ao patronato interessava que o Estado se desincumbisse do papel de manutenção da força de trabalho.

Algumas entidades de trabalhadores também tinham a mesma preocupação. Entretanto, suas reivindicações tinham motivos bastante diferentes da classe patronal: a aflição pela carência de serviços essenciais. O Círculo Operário estava sempre às voltas com a busca de realização de convênios com instituições médicas e com a contratação de dentistas, bem como com campanhas para aquisição de equipamentos dentários para oferecer esses serviços aos seus filiados.⁹¹ Simultaneamente, os sindicatos participavam de

⁹⁰ Exemplo disso é a campanha contra a taxa de 1% cobrada pelo Ministério da saúde para o Serviço de Assistência Médica SAM, tendo em vista a não prestação do serviço, conforme consta das atas das reuniões da diretoria da ACIUBE: n. 766, 780, 787, 792, 875, 891, 934, 937, 938, 939, 940, 941, 944, 946, 947, 950, 954, 963, 1055, 1179 - entre novembro de 1954 e novembro de 1963.

⁹¹ Foi comprovada apenas a atuação do Círculo Operário.

outra luta, no plano institucional legal, para melhorar os serviços públicos de saúde do trabalhador (conforme se verá adiante, no cap. 3).

Se, por um lado tal carência de assistência à saúde era um artifício mantido pelo próprio Estado e pelos patrões para compelir os sindicatos a desviarem-se das suas funções de caráter político, por outro lado, essa situação constituía riscos à ordem social. Daí a pressão patronal sobre o governo para instalar os serviços determinados pela própria legislação federal. Isto é, o problema da saúde pública diz respeito a um contingente populacional necessário à produção econômica e à manutenção do status quo, mas convenientemente desprovido de recursos próprios para se cuidar. Essa população desapropriada é necessária, mas é também incômoda. E se, por um lado, deve continuar carente, por outro, há que se criar o mínimo de condições necessárias para que continue trabalhando regularmente.

Em decorrência do crescimento urbano e das pressões sociais, não só se instalaram efetivamente vários dos serviços de saúde reivindicados, como foram também criados alguns hospitais na cidade. Entre eles cita-se o Hospital das Clínicas, cujo investimento resultou de subvenções particulares e públicas. A campanha para criação

Atas das reuniões da diretoria: 170, 171, 172, 183, 194, 209, 218, 220.

desse hospital apresentou três enfoques básicos: 1- enaltecimento do espírito empreendedor do uberlandense; 2- enaltecimento do progresso da cidade; 3- amadurecimento da idéia e das condições para criação de uma Faculdade de Medicina, a qual foi efetivamente criada pouco tempo depois.

Essa campanha é um exemplo notável do projeto instituinte de uma determinada ordem social, conforme se expressa em quatro artigos publicados pelo **Correio de Uberlândia** em 1962.⁹²

O primeiro artigo, de 20 de setembro de 1962, anuncia o lançamento da obra e publica, a seguir, um discurso do então Senador Juscelino Kubitschek, em visita a Uberlândia, cuja ênfase é dada ao pioneirismo do povo uberlandense e à pujança do progresso da cidade. No seu discurso, é claro, o Senador promete conseguir verbas vultosas para o empreendimento. Ao final, enumeram-se os recursos e benefícios técnicos do Hospital.

⁹² "Lançamento amanhã do Hospital de Clínicas", 20/9/1962, p.1; "Lançado oficialmente o Hospital de Clínicas de Uberlândia", 23/9/1962, p.10; "Hospital de Clínicas de Uberlândia receptividade total na cidade", 25/9/1962; "Apoio total à grande obra", 27/9/1962, p.8.

No segundo artigo, de 23 de setembro de 1962, relativo ao lançamento do hospital, ressaltam-se as personalidades proeminentes da cidade: primeiramente, destacando determinadas categorias sociais:

"autoridades médicas, elementos do comércio de drogas, políticos e outras figuras da cidade". Em seguida, citando os nomes e a condição social dos discursantes: Sr. Moacir Lopes de Carvalho - Diretor-Presidente da Jorra Publicidade Ltda., Dr. Adelmo de Cliveira Campos - Diretor-Presidente do Hospital, Sr. Helvecio Gomes Correia - prefeito da cidade, Sr. Paul Pereira de Bezende - vice-prefeito, Sr. Homero Santos - vereador, e o Padre Lana".

No mesmo artigo, por duas vezes, considera-se a obra como o ponto de partida para criação da Faculdade de Medicina. Além disso, enaltece-se a classe médica local e destacam-se as características técnicas do Hospital.

O terceiro artigo, de 25 de setembro de 1962, começa de forma significativa, ressaltando o progresso de Uberlândia e o espírito empreendedor da população e dos médicos locais:

"Incontestavelmente Uberlândia é uma cidade progressista e sabe o que quer. O Hospital de Clínicas de Uberlândia vem recebendo total apoio de toda a população citadina, porque o nosso povo sabe as reais vantagens dessa obra e o valor incontestável dos 26 médicos incorporadores do empreendimento."

O artigo continua com o mesmo espírito, enaltecendo a figura especial de um personagem,

"o sr. Crozímbo Francisco Fernandes, abastado fazendeiro, (que) subscreveu um milhão de cruzeiros de quotas, dando um exemplo de amor à cidade e às porvindouras gerações."

Certamente, o objetivo é também envolver mais pessoas no empreendimento.

O quarto artigo, de 27 de setembro de 1962, destaca a figura de um político local - não por acaso, diretor do jornal - Dr. Valdir Melgaço, cujo discurso publicado, reproduz as imagens já descritas.

A ASSEPSIA DO ESPAÇO URBANO

O crescimento urbano teve uma consequência pouco simpática à classe dominante local: o aumento do contingente de pobres, os quais apareciam como uma mancha incômoda expandindo-se pela cidade. Os mendigos perambulavam pelas ruas, faziam "pcnto" em vários lugares do centro, batiam às portas para pedir esmolas e, muitas vezes, tornavam-se os "amigos do albeio".⁹³

⁹³ Expressão usada frequentemente pela imprensa local para designar os ladrões.

Através da imprensa, tem-se notícia de casos pitorescos, como o daquele velhinho, Sebastião Jose de Moura, que um repórter encontrou no banco depositando cr\$ 16.000,00 (dezesesseis mil cruzeiros) na poupança.⁹⁴ Sem se dar a conhecer, o jornalista seguiu-o à rua, deu-lhe uma esmola e resolveu interpelá-lo para apurar a verdade. O mendigo não se fez de rogado e explicou que precisava guardar um pouco de dinheiro para o fim da vida, pois tudo o que já ganhara até aquele momento havia sido roubado.⁹⁵

São de diferentes matizes os artigos que informam o incômodo causado pela pobreza em Uberlândia. Ora o tom é francamente repressivo:

"...o causídico Homero Santos procurou ventilar, sob a maior seriedade, o problema da mendicância em Uberlândia. Convocou reuniões particulares, promoveu mesa redonda no gabinete da Prefeitura e apresentou sugestões francamente aceitáveis, para a campanha de repressão aos mendigos que diuturnamente, enfeiam as nossas principais artérias, enquanto que molestam os transeuntes."⁹⁶

Ora é piegas e sentimentalóide, como neste, relativo aos mendigos infantis:

⁹⁴ O salário mínimo da época era de Cr\$ 3.100,00. Decretos sobre o salário mínimo 1940-1969. Ministério do Trabalho e Previdência Social. 1969.

⁹⁵ O Triângulo, 9/11/1957, p. 6.

⁹⁶ O Triângulo, 11/7/1956, p. 4.

"Lébeis, indefesos, miseráveis, são como um pouco de lixo apanhado no monturo da vida.

Embrutecidos, contemplam a vida com olhos estúpidos.

Pedem esmolas que são negadas sob o flagelo de piadas humilhantes como pontapés. (...)"⁹⁷

Cu como neste:

"... continuava até ontem às 18 horas, perambulando, sangrando abundantemente, o pobre desconhecido, mal vestido, aparentando 40 anos de idade, de cor branca e vítima da falta de assistência. (...) é preciso haver um pouco (ao menos) de solidariedade humana em casos como este ..."⁹⁸

Os jornais não só denunciam como cobram soluções. Nesse trabalho revelam o que, na ótica dos dominadores, seria mais conveniente ocultar: a participação incontornável dos mendigos na dinâmica social da cidade.

Portanto, tendo em vista a confirmação do discurso da ordem e do progresso, organizar, controlar e até suprimir os mendigos, determinou um empenho permanente da classe dominante nesse sentido.

A Câmara Municipal coordenou um trabalho para erradicação da mendicância, que culminou com a decisão de

⁹⁷ Correio de Uberlândia, 21/8/1958, p.8.

⁹⁸ Idem, 30/8/1960, p.1 e 5.

encaminhar algumas medidas, divulgadas pela imprensa, a serem implementadas pela própria população:

"a) não dê esmolas aos que os procurem em suas residências ou nas ruas; b) cooperem com as entidades de caridade da cidade, seja enviando mantimentos, roupas ou dinheiro, para que possam atender satisfatoriamente a todos os que necessitam de amparo."⁹⁹

Informou o jornal:

"... comunicam ainda, que serão tomadas todas as medidas humanas e justas para o completo extermínio deste problema de mendicância nas ruas, por intermédio de um exame médico em todos os pacientes que, para isto, serão recolhidos, fornecendo aos que realmente necessitarem, os recursos indispensáveis e aos falsos mendigos o que a lei determina com relação à falsa mendicância."¹⁰⁰

O problema não foi resolvido, e até agravou-se, conforme informa o jornal nesse mesmo artigo. As tentativas, porém, continuaram. A ACIUB realizou várias reuniões com entidades filantrópicas e autoridades políticas e religiosas, em que medidas variadas foram propostas e encaminhadas, algumas eficazes e outras, não. Uma das medidas, ainda hoje implementada na cidade, foi a expulsão dos mendigos migrantes. Isto é, a cada mendigo que chegava,

⁹⁹ O Triângulo, 4/3/1956, p.1 e 4.

¹⁰⁰ Idem, ibidem.

a Prefeitura dava uma passagem para uma cidade próxima, impedindo-o de permanecer em Uberlândia.¹⁰¹

A imprensa dá-nos um testemunho excelente das pressões para disciplinar a pobreza, eliminando as escolas da rua, onde os mendigos constituíam "triste e desagradável espetáculo", conforme atesta o jornalista:¹⁰²

"Nos setores administrativos, de qualquer categoria, não se venha com o argumento sádico de que não há recursos financeiros, visto como dá-se tanto para entidades esportivas e associações culturais destituídas do interesse público. Em pouco, pois, dessa dissipação infreme, deveria ser desviada, com a boa vontade de deputados e senadores, para fins assistenciais, entre nós, no sentido de atenuar essa situação alarmente, que aí está, aos olhos de todos."¹⁰³

"Acreditamos possa o problema ser resolvido, mas antes teremos que fornecer às entidades de caridade os meios necessários. A Dona de casa, ou o senhor que se dirige ao trabalho, ao serem abordados com o 'uma esmola pelo amor de Deus', ou então, 'minha mãe está doente, dá-me uma esmola', deve refletir, e se pretende dar a esmola na rua, não dar, enviar aquela quantia para o Dispensário, porque ali, ele poderá ter a certeza de que o dinheiro irá ser realmente aplicado no tratamento médico ao pedinte doente, cu no quilo de arroz para matar a fome de um desgraçado, ao passo que, se der na rua, não poderá ter essa certeza."¹⁰⁴

¹⁰¹ Correio de Uberlândia, 13/2/1960 e 21/8/1960, p. 1.

¹⁰² Idem, 23/5/1959, p. 7.

¹⁰³ O Triângulo, 4/3/1956, pp. 1 e 4.

¹⁰⁴ Idem, 14/7/1956, p. 2.

As medidas realmente eficientes, no entanto, diziam respeito às instituições de caridade e filantrópicas. Já naquela época havia várias em Uberlândia, tanto laicas quanto religiosas. Elas representavam a possibilidade concreta para realização do saneamento da cidade. Tinham a função não só de acompanhar a movimentação da pobreza, como de acolher os pobres e discipliná-los para se manterem no "seu devido lugar".

No jornal **Correio de Uberlândia**, entre 1955 e 1959, pode-se encontrar uma grande quantidade de artigos relativos à organização institucional da pobreza, pelas entidades assistenciais filantrópicas ou de caridade, conforme pode ser visto na relação contida no ANEXO AO CAPÍTULO 2.

SEGURANÇA: PROBLEMA PARA QUEM?

Em janeiro de 1960, foi criado o Comissariado de Menores de Uberlândia. A primeira portaria do Juiz de Menores Sylvic de Moraes Lemos sobre o assunto tratava da

criação da instituição e estabelecia as suas funções.¹⁰⁵ À primeira vista, o seu objetivo seria melhorar as condições de proteção ao menor, como consta no art. 2:

"O comissariado se constituiria de membros voluntários, entendendo-se como tal pessoas, maiores de 21 anos, reconhecidamente discretas e de moral ilibada, que possam prestar serviços relevantes de cooperação ao Juizado no sentido da solução dos problemas referentes ao menor, sendo como tal reconhecidas pelo Juiz e por ele nomeadas".

Entretanto, a maior parte do seu conteúdo é prioritariamente repressivo. Ainda que contenha determinações como:

"fiscalizar a execução das leis de assistência e proteção aos menores" (art. 3, item b),

ou

"colaborar na reintegração dos egressos" (art. 3, item k),

ou ainda,

"verificando o Comissário que o trabalho exercido pelo menor, é prejudicial à sua saúde ou à sua moralidade, deverá levar o fato, imediatamente, ao conhecimento do Juiz de Menores para os devidos fins" (art. 7, item c),

o conjunto do documento confere ao Comissariado funções predominantemente fiscalizadoras, controladoras e repressoras.

Este caráter da portaria é evidente em quase todo artigo 3.

¹⁰⁵ Correio de Uberlândia, 31/1/1960, p.4

"São deveres do Comissário: c- fiscalizar o menor sujeito à liberdade vigiada ou entregue mediante termo de guarda e responsabilidade; d- fiscalizar a entrada e permanência de menores em casas de diversões, onde terá livre ingresso; e- proceder a investigações relativas a menor, pai ou responsável, esclarecendo a ação da justiça nos casos de apreensão, tutela, delegação de pátrio poder, nomeação de encarregado de guarda e pedidos de pensão alimentícia; f- apreender e deter menor abandonado e delinquente, apresentando-o ao Juiz; g- lavrar auto de infração das leis de assistência e proteção ao menor e das portarias de Juízo de Menores, vigiando continuamente, na via pública, bares, teatros, circos, parques de diversões, cinemas, cabarés, bares noturnos, etc. i- fiscalizar o trabalho do menor, cuja autorização para trabalhar seja da competência do Juiz de Menores; j- exercer controle assíduo sobre as condições materiais e morais da existência, saúde, trabalho e diversões do menor, sob liberdade vigiada e que estiver sob designação do Juiz de Menores; l- fazer sindicâncias, observando os prazos determinados pelo Juiz e impedir a mendicância por parte de menores; n- auxiliar a fiscalização na conformidade das normas que serão estabelecidas entre o Juiz de Menores e as casas de ensino secundário e primário da freqüência às aulas dos menores matriculados, colaborando no sentido de intervir as matrículas nos estabelecimentos de ensino gratuito e obrigatório, bem como na manutenção da ordem nas entradas e saídas, na forma que lhe for solicitada."

Os itens excluídos referem-se a obrigações burocráticas do Comissário (a, e, h), ou já foram citados acima (b e k). O conteúdo desse artigo explicita que havia, antes de tudo, uma preocupação em fiscalizar as ações dos menores pobres para poder controlá-los, além de evidenciar o descaso pelo comportamento dos pais pobres em relação aos filhos; este comportamento era considerado inadequado e os pais, irresponsáveis.

Os artigos 4 e 5 tratam da criação da função de Comissário Chefe e das suas atribuições. A letra e deste artigo, referente à relação do Comissário com o menor, estabelece:

"É vedado ao Comissário) deixar de apreender menor que for encontrado em estado de abandono, em companhia de mendicantes, cometendo atividades anti-sociais, definidas nas leis penais, ou que forem encontrados em lugares de jogos ou de moralidade duvidosa."

Além disso, o artigo define o que não é lícito ao cargo de Comissário.

O documento é composto ainda por mais cinco artigos, relativos ao trabalho do menor, à responsabilidade pelo menor, ao período de exercício do cargo de Comissário, à identificação do Comissário e à validade da portaria.

A criação do Comissariado de Menores, na verdade, foi mais uma medida saneadora do espaço urbano da "Cidade Jardim". Desde meados da década de 50, a imprensa denunciava sistematicamente a presença incômoda do menor vadio nas ruas da cidade e propunha medidas repressivas que dessem cabo desse fenômeno destoante com "os foros de civilização de Uberlândia".

Considerava-se a necessidade de reprimir a mendicância e encaminhar os menores para as instituições disciplinadoras. Quatro dias após a criação do Comissariado de Menores, o **Correio de Uberlândia** publicou uma pequena

ncta relativa às deliberações da primeira reunião realizada com os novos ocrissários, da qual participaram o Juiz de Mercres e "demais autoridades cidadinas". O jornal divulgou as medidas a serem implementadas a partir de então:

"proibição de menores perambulando pelas ruas depois das 22 horas; proibição também de esmolar pelas ruas. Os que neste estado forem encontrados serão encaminhados ao Centro de Saúde e examinados a fim de ser provada a falta de condições para o trabalho. Caso contrário serão detidos e encaminhados a casas especializadas".¹⁰⁶

Em outro artigo do dia 13 de fevereiro, intitulado "A operação menores pincelada em regra",¹⁰⁷ o mesmo jornal alerta novamente:

"E menores em banca de jogos, é menores jogando 'porrinha' (jogo de palitos), é menores explorando a caridade pública, em um atentado vivo contra o nosso foro de civilização...".

Entretanto, segundo o jornal, a partir de então, o Juiz Silvio Moraes Lemos tomava as devidas providências, com a ajuda de "clubes" - ou seja, Lion's e Rotary -, dos Poderes Legislativo e Executivo e dos meios policiais. Destaca-se o tratamento a ser dado às crianças pedintes:

"Para os que exploram a caridade humana, um destino, um caminho todo especial. O 'pedinte' será preso e levado a um corpo clínico. Constatando enfermidade realmente, será medicado e

¹⁰⁶ Idem, 4/2/1960, "Juiz de Menores vai moralizar: abandonados."

¹⁰⁷ O artigo é assinado por Ildéu Rezende.

levado para uma casa de assistência. Caso contrário, se for apenas 'vadio', levará 'cana'. Depois, processado".

O tratamento para o menor era igual ao destinado ao adulto de comportamento semelhante. Atribuía-se a ele a responsabilidade pelos próprios atos, desconsiderando as circunstâncias do comportamento - excetuando-se a situação de doença. Portanto, a infração das determinações judiciais corresponderia à punição exemplar.

Uma medida saneadora importante vinha indicada nesse mesmo artigo, com o subtítulo:

"A importação será cortada".

"Vê-se loço na chegada do mendigo a sua origem e imediatamente será transportado para o local de origem. Não aceitaremos mais pedintes importados e encomendados".

A mendicância, de menores e adultos, era problema de segurança pública. Desde meados da década de 50, considerava-se que este era um problema a ser resolvido pela polícia.¹⁰⁸ E, apesar da portaria que criou o Comissariado de Menores atentar para a formação moral e a ocupação profissional do menor, a imprensa lembra diuturnamente a

¹⁰⁸ O Triângulo, 19/1/1957, p.4; 25/3/1956, p.1; Correio de Uberlândia, 27/8/1955, p.6; 1/3/1959, p.2.

operação "limpeza" que urgia acontecer. Ou seja, as ruas da cidade deveriam ser liberadas dos "pedintes vagabundos".¹⁰⁹

A imprensa expressava o interesse da classe dominante local. Por essa mesma ocasião - fevereiro de 1960 - realizou-se, na ACIUB, uma reunião da diretoria da entidade com os Juizes de Direito, Dr. Sílvio Moraes Lemos e Dr. Milton Grandinetti, para discutir o problema do menor. O Dr. Sílvio tomou a palavra para solicitar apoio da entidade. Seu discurso enfatizava a questão moral da ocupação do menor, quando foi aparteado pelo Presidente da ACIUB, Oswaldo de Oliveira, lembrando que o problema deveria ser tratado com o Sindicato do Comércio Varejista, o que propiciou a mudança de enfoque da polêmica: passou-se à discussão do problema da mendicância. A essa altura

"converteu-se a proveitosa palestra em verdadeira Babel de pontos de vista, tendo os tumultuados e longos debates alcançado o seu 'climax' com a concordância geral dos presentes de promover a Associação Comercial uma reunião conjunta de todas as associações de classe da cidade, inclusive as instituições de caridade e assistenciais e autoridades civis, militares, policiais e eclesiásticas, em sua sede, em dia e hora a serem fixados pela secretaria",

(conforme o registro do próprio secretário da entidade).¹¹⁰

¹⁰⁹ Correio de Uberlândia, 24/2/1960, "Juiz de Menores quer acabar: pedintes vagabundos."

¹¹⁰ ACIUB, reunião da diretoria, 15/2/1960, ata n. 1001. Essa reunião não se realizou.

A mudança do enfoque moral proposto pelo Juiz para a discussão do problema da mendicância em geral, bem como o envolvimento de autoridades militares e policiais, em reuniões para tratar do assunto, são testemunhos do caráter de caso de segurança atribuído pelos detentores do poder ao fenômeno da mendicância.

O problema do menor foi resolvido apenas em meados da década de 70 com a criação da ICASU (Instituição Cristã de Assistência Social de Uberlândia), que o acolhia e disciplinava, através de trabalho subremunerado nas empresas para onde era encaminhado.¹¹¹

Por essa época, a proliferação dos mendigos em Uberlândia é facilmente verificável nas páginas dos jornais, seja através das denúncias frequentes ao problema, seja através da divulgação da crescente subida do custo de vida. Na memória dos trabalhadores locais, o fenômeno da mendicância não é lembrado: não há registro do problema nem nos arquivos das entidades de classe, nem na lembrança dos indivíduos. Ao contrário, a grande maioria dos trabalhadores considera que "naqueles tempos as coisas eram mais fáceis e a vida mais tranqüila e sossegada".

¹¹¹ MACHADO, M. Clara T. Op. cit.

Mas, para a classe dominante, esse era um problema grave por constituir riscos concretos à propriedade e à possibilidade de multiplicá-la. Os jornais acusam sempre os mendigos de atentarem contra a imagem progressista e civilizada da Cidade Jardim. Esta preocupação com a imagem visual e moral da cidade é um dos aspectos importantes do projeto burguês de tornar Uberlândia a metrópole do Triângulo Mineiro.

Assim, convidar grandes empresas para instalarem filiais em Uberlândia era uma das medidas implementadas pela ACIUB e pelos poderes públicos locais. Nesse sentido, havia que dotar a cidade de infraestrutura adequada e apresentá-la como um espaço progressista, com uma população com forte poder aquisitivo, sem problemas sociais graves ao ponto de perturbar os negócios. Assim é que se deveria evacuar a pobreza das ruas e organizá-la nos espaços convenientes e de fácil controle, e reprimir o crime, sobretudo os roubos, através de eficiente esquema de segurança.

Por isto é que, contrariando a memória oral dos trabalhadores, um outro tema muito freqüente nas páginas dos jornais, era o problema da segurança policial. Um artigo do *Correio de Uberlândia*, de 1956, justifica bem essa

argumentação.¹¹² O tema é o bem trajar das moças da cidade, em que ricas e trabalhadoras se igualam no bom gosto para vestir-se, sob inspiração de "figurinistas parisienses". No entanto, o título do artigo é "Uberlândia operária?" e, num revimento de analogias, Uberlândia é comparada a outras cidades do Brasil, identificadas por seus estereótipos: Belo Horizonte - estudantil e burocrática; São Paulo - industrial; Santos - cidade de turismo e marinheiros. Para identificar Uberlândia, escolheu-se a "sua massa de operários do comércio e da indústria", denominando-a "cidade operária". Na conclusão, o artigo informa:

"Assim Uberlândia se apresenta com um espírito requintado, proporcionando, ao que parece, bom nível de vida à massa obreira que, com muito gosto, sabe gastar o que ganha ou pelo menos do melhor modo que lhe parece. Possa, portanto, nossa cidade se industrializar cada vez mais e expandir o seu já extraordinário comércio, para que novos níveis de vida sejam oferecidos aos que trabalham e que têm direito a uma vida digna."

O projeto de industrialização, ensaiado desde o começo do século XX,¹¹³ e intensificado ao final da década de 50, era implementado nesse momento, através da estratégia de divulgação de uma imagem positiva da cidade. Um aspecto importante dessa imagem incidia sobre o auspicioso mercado

¹¹² Correio de Uberlândia, 28/8/1956, p. 1.

¹¹³ A Tribuna, 26/11/1923; 24/12/1924.

consumidor local; outro aspecto, talvez mais importante que o primeiro, referia-se à ordem social, fundamental para a segurança dos investidores.

Quanto a isso, considerados os testemunhos da imprensa e dos registros da ACIUB, Uberlândia sempre carecia de segurança. Este era o assunto mais freqüente nas páginas dos jornais (ao lado da assistência social e das notícias políticas). A diretoria da ACIUB preocupava-se com este problema não só nas suas reuniões, como mobilizava autoridades e entidades diversas, locais ou não, em função do estabelecimento da ordem.

No decorrer da década de 50, a ACIUB empenhou-se em várias medidas destinadas a prover a segurança da cidade e da região. Entre 1954 e 1965, o tema "policciamento local" foi tratado em quase todas as reuniões ordinárias da entidade,¹¹⁴ além de terem sido realizadas reuniões extraordinárias exclusivamente para esse fim: novembro/ 1957 - reforço policial; março/1959 - medidas contra o "quebra-

¹¹⁴ ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 861, 862, 866, 867, 875, 876, 877, 879, 880, 882, 883, 885, 892, 893, 894, 895, 907, 914, 933, 934, 944, 950, 951, 954, 958, 960, 961, 972, 981, 983, 986, 988, 1003, 1011, 1012, 1022, 1052, 1057, 1098, 1114, 1127, 1133, 1148, 1175, 1205, 1227.

quebra"; dezembro/1959 - homenagem ao Promotor Ciro Franco, pela sua atuação no "quebra-quebra".¹¹⁵

Entre 1955 e 1958, percebe-se um crescimento da importância que se dava à deficiência do policiamento, apesar de ter sido considerado bom o sistema de segurança em Uberlândia, no segundo semestre de 1955. A delegacia policial de Uberlândia foi, inclusive, classificada como a mais bem aparelhada do Triângulo Mineiro.¹¹⁶ Esse problema chegou ao auge com o assassinato do filho de um comerciante local, Norton Monteiro da Silva, em outubro de 1957.¹¹⁷ Na sessão de 31 de outubro, após já haver exigido das autoridades estaduais algumas providências, a diretoria da ACIUB decidiu

"não dar tréguas às autoridades responsáveis, até que a delegacia local esteja devidamente aparelhada, com homens e material".¹¹⁸

Em seguida a esse acontecimento, o Secretário de Segurança Pública do Estado de Minas Gerais esteve em Uberlândia, em reunião com as autoridades políticas e

¹¹⁵ ACIUB, reunião da diretoria, atas n. 895, 958 e 993, respectivamente.

¹¹⁶ Correio de Uberlândia, 28/8/1955, pp.1 e 6.

¹¹⁷ ACIUB, reunião da diretoria, ata n. 892, 17/10/1957.

¹¹⁸ Idem, ata n. 894, 31/10/1957.

econômicas,¹¹⁹ desencadeando-se, a partir daí, uma série de medidas há muito reivindicadas: aumento do contingente policial - - que propiciou a captura dos assassinos do garoto-¹²⁰ substituição do Delegado de Polícia,¹²¹ aquisição de novo veículo, iniciando em Uberlândia o serviço de rádio-patrolha.¹²²

Ao final de 1958, porém, voltava-se às velhas reclamações de policiamento inadequado. As reclamações giravam sempre em torno da questão dos roubos e assaltos incontroláveis, da impunidade dos criminosos, da falta de segurança para o comércio local etc.

Também os trabalhadores se preocuparam com a questão da segurança. Na Associação dos Motoristas, os dirigentes da entidade estavam sempre às voltas com a busca de instrumentos e medidas que pudessem garantir a segurança dos seus associados. O **Correio de Uberlândia** publicou, em

¹¹⁹ Idem, ata n. 895, 7/11/1957.

¹²⁰ Idem, atas n. 895, 7/11/1957 e 907, 19/12/1957.

¹²¹ Idem, atas n. 910, 933 e 934,

¹²² Idem, atas n. 914 e 917,

1957, um documento do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário, reivindicando medidas de segurança na cidade,¹²³ em ofício dirigido ao Secretário Estadual de Segurança Pública, sr. Paulo Pinheiro Chagas. O documento estabelece uma relação negativa entre o número de soldados - 20 - e o número de habitantes - 50.000 em 1950; classifica a população como sendo

"a maioria de classe média e inferior que habitam bairros distantes do centro da cidade";

denuncia

"a onda de assaltos e crimes a que se acha entregue a cidade",

destacando o assassinato de dois trabalhadores, ainda impunes: Pedro Santeiro, mecânico e João Cândido, guarda-nocite (este, assassinado por motivo de roubo); e reclama ainda contra o precário policiamento e exige providências para proteger a vida dos trabalhadores e de suas famílias.

Parecia haver uma certa unanimidade quanto à origem dos "malfeitores" que agiam em Uberlândia: "vinham de fora". O documento dos trabalhadores assim se refere a esse particular:

"Os forasteiros que aportam à nossa cidade, demandam das capitais como: assassinos, ladrões, malfeitores, punquistas, batedores de carteiras, que tendo notícia do precário policiamento desta grande cidade, vêm na mesma ótimo campo para suas nefastas ações".

¹²³ Correio de Uberlândia, 9/4/1957, p.5.

Também os jornais divulgavam informações semelhantes, como atestar os exemplos escolhidos, extraídos do noticiário policial do Correio de Uberlândia:

"A delegacia de polícia desta cidade vem realizando repetidos 'raids' aos centros de malandragem de Uberlândia, produzindo trabalho dos mais profícuos no sentido de normalizar a vida uberlandense, livrando-a dos repetidos assaltos, que de tempo a essa parte, vem sofrendo por parte de meliantes que tangidos pela justiça de outras cidades, aportam em Uberlândia para cometer extorsões as mais escabrosas".¹²⁴

"Mendigos falsos e verdadeiros, da cidade ou de outras cidades, escolheram Uberlândia para a sede de seu sindicato. Uberlândia, terra onde o dinheiro não pára de circular, tinha de ser alvo da cobiça de todas as espécies de aventureiros. E no meio destes vieram também os mendigos de outras cidades, aliados aos falsos mendigos."¹²⁵

Falas como estas são encontradas pontualmente nas páginas dos jornais e em discursos de pessoas diversas. Esse discurso articula-se ao conjunto de medidas implementadas para composição da imagem asséptica da cidade: podiam ser admitidas descordens, desde que seus autores fossem identificados com estranhos. Na verdade, é provável que os meliantes fossem mesmo forasteiros, mas que tinham vindo para ficar, atraídos pela possibilidade de empregos e melhores condições de vida. Não pode ser omitido o fato de naquele período ser forte a migração na região.

¹²⁴ Idem, 28/8/1955, pp. 1 e 6. Grifo da autora.

¹²⁵ O Triângulo, 18/9/ 1957, pp.1 e 6. Grifo da autora.

Fazia-se também freqüente a denúncia explícita de agressões dos setores de segurança a trabalhadores. Em 1957, por exemplo, o **Correio de Uberlândia** publicou um artigo informando o espancamento de trabalhadores "por policiais truculentos e irresponsáveis".¹²⁶ Em 1960, um trabalhador denunciou ao Comandante do quarto destacamento policial de Uberaba que soldados uberlandenses

"inexplicavelmente costumam prender certas pessoas em Uberlândia, sem, contudo, pedir documentos, ou averiguar de quem se trata". Esse senhor informou à imprensa que havia sido detido por mais de uma hora sem motivo justo".¹²⁷

Outro artigo de 1959 dá ciência de que um operário que fora "agredido e quase assaltado", tinha sido preso ao ser "socorrido" pela polícia.¹²⁸ Em 1956, **O Triângulo** reclamou contra as arbitrariedades e o barbarismo da polícia local por espancar um bêbado sem motivo algum, a não ser o próprio estado de embriaguês e a cor preta do agredido.¹²⁹

¹²⁶ **Correio de Uberlândia**, 21/3/1960, p.3.

¹²⁷ *Idem*, *ibidem*.

¹²⁸ **O Triângulo**, 3/5/1956. "Ocorrências policiais".

¹²⁹ **Correio de Uberlândia**, 17/7/1959, última página; 25/10/1959, p.6; 16/12/1958, "Nota da Regional: Bicho"; 2/6/1959, p.1; 6/12/1958, p.2; 20/9/1959, p.1; 21/1/1960, p.6; 28/5/1960, p.1; **O Triângulo**, 1/10/1957, "Recortes"; 3/10/1957, p.1.

Essas notícias perdem-se entre as demais, ignoradas no projeto de ordenação da cidade. Ou seja, ao longo dos anos reivindicaram-se medidas de segurança para proteção das atividades econômicas, das propriedades e das pessoas. As medidas foram sempre traduzidas em ampliação do aparato repressivo, mas jamais se fizeram exigências de decência e prática de justiça no interior do sistema repressivo.

Além disso, investia-se ainda contra a prostituição e o jogo do bicho. Contra este argumentava-se que era uma forma de enganar os trabalhadores, tomando-lhes o o ganha-pão.¹³⁰ Não havia, porém, referência às loterias legalizadas, cujo papel era igual ao do jogo do bicho.

A prostituição não foi sistematicamente atacada. Na verdade, a imprensa trata esporadicamente sobre esse tema, o qual não aparece também nas outras fontes consultadas. Depreende-se daí a conivência velada com a sua prática. Essa conivência transparece também nos artigos que se referem ao tema da prostituição, cuja preocupação é controlar "as mulheres de vida fácil", localizando-as em espaços convenientes, longe do contato com as famílias e

¹³⁰ Correio de Uberlândia, 18/5/1957, p.6.

restringidas quanto à possibilidade de exploração financeira dos homens.

Em maio de 1957, o investigador de polícia, Vieira Campos, informava que

"como é sabido ... estamos em plena época de safra. (...) Deve ser levado em conta o número de golpes dados por mulheres de vida fácil, em sua maioria 'vigaristas' que virão a Uberlândia, para seus conhecidos 'golpes'; pois a maioria dos homens da zona rural são incautos quanto ao que podem fazer as 'rareiras'."¹³¹

Como precaução contra a possibilidade de extorsão dos fazendeiros pelas "mulheres alegres", a polícia ordenava o seu comparecimento à Delegacia para tomada de "medidas preventivas". A preocupação dos representantes da lei era meramente quanto a possíveis roubos ou "contos do vigário", ignorando o problema moral da comercialização do corpo humano, bem como da violação da família, valores estes tão caros aos princípios burgueses.

Em 1956, por outro lado, imprensa, polícia e administração municipal convergiram seus esforços para a assepsia do centro da cidade, onde as casas de prostituição se misturavam às residências de famílias. O incômodo provocado por essa situação levou o prefeito da época, Afrânio Rodrigues da Cunha, a deliberar sobre a aglutinação das "mulheres alegres" em um único ponto,

¹³¹ Idem, 8/5/1956, p. 1.

"a zona icéria da cidade, sendo aproveitado então, o trecho que circunda o Cassino Monte Carlo, na avenida Vasconcelos Costa e adjacências, onde, diga-se de passagem, já existem várias casas de tolerância mais ou menos agrupadas numa espécie de "zona"."

Foi dado um prazo de 12 meses

"às casas de tolerância que existem na cidade, espalhadas entre as de família, para se estabelecerem no local já previamente destinado à zona icéria."¹³²

Essa não foi a primeira vez que tomava-se medida de natureza semelhante. Em 1954 já fora implementada uma medida de "zocramento" da prostituição, na gestão do prefeito Tubal Vilela da Silva. Naquele momento a "zona" fora estabelecida na rua Uberaba.¹³³

O sistema de segurança da cidade foi efetivamente fortalecido após o "quebra-quebra" de 1959.

¹³² Iden, *ibidem*.

¹³³ MACHADO, M. C. T. *Cp. cit.*, p. 64.

1959 - A TENSÃO SOCIAL EXPLODE

Ao final da década de 50, mais precisamente nos dias 19 e 20 de janeiro de 1959, Uberlândia foi literalmente revirada por um "quebra-quebra" popular. Conforme o testemunho da imprensa, o motim foi provocado pela onda altista dos preços que assolou o país a partir de 1956.¹³⁴ A memória popular, no entanto, é incapaz de identificar os reais motivos da tragédia.

É irracional a corrida inflacionária, testemunhada pela imprensa e pelo próprio ato governamental de outubro de 1958, na tentativa de controlá-la, através do decreto de congelamento dos preços. A pressão altista, no entanto, levou o próprio governo a iniciar um processo de "descongelamento", autorizando a majoração dos preços do açúcar.¹³⁵ Esta iniciativa desencadeou um efeito dominó, eliminando os supostos benefícios para a classe trabalhadora, decorrentes do recente aumento do salário

¹³⁴ O artigo de Joaquim José Bastos, publicado no jornal **O Triângulo**, de 17/1/1959, p. 6, refere-se textualmente ao processo inflacionário em curso desde então. Porém, todos os jornais locais, inclusive o próprio **O Triângulo**, denunciavam dia a dia a corrida ascendente de preços em 1958 e 1959.

¹³⁵ **O Triângulo**, 18/1/1959, p. 1.

mínimo.¹³⁶ Um jornalista local classificou a situação como "alarmante e desesperadora", alertando o Congresso Nacional para tomar as providências necessárias

"a fim de evitar uma situação calamitosa, que poderá conduzir o povo à prática de atos subversivos, trazendo consigo a derrocada do regime democrático no país. (...) O povo, acossado pela fome e desemprego, pode irromper e praticar um novo 14 de Julho..."¹³⁷

A previsão foi correta pelo menos para Uberlândia. E não demorou a se realizar: naquele mesmo dia, à noite, os uberlandenses lançaram-se de assalto sobre os cinemas, em primeiro lugar, e sobre as casas comerciais, a seguir.

A majoração dos ingressos dos cinemas foi o estopim para a revolta popular. Nos dias 17 e 18 de janeiro, as empresas "Diversões Triângulo Mineiro S/A" e "Empresa Teatral Paulista" publicaram nos jornais locais as novas tabelas de preços que incorporavam aumentos na ordem de 70% - de 18 cruzeiros a entrada passara para 30 cruzeiros nos melhores cinemas da cidade. Os demais tiveram aumentos

¹³⁶ O salário fora majorado em 1958, passando de cr\$ 3.100,00 (1956) para cr\$ 5.300,00. Decretos sobre o salário mínimo - 1940-1960. Ministério do Trabalho e Previdência Social. 1969; O Triângulo, 18/1/1959, p. 1.

¹³⁷ OTEN, Onirar. Focalizando. In O Triângulo, 18/1/1959, p. 1.

equivalentes, conforme a sua classificação.¹³⁸ Na noite do dia 19, domingo, o povo aglomerado em frente aos cinemas deu vazão à sua fúria contra a exorbitância dos novos preços, num assalto incontralável. Apesar de longo o texto jornalístico, vale a pena transportarmos-nos com o repórter para o centro dos acontecimentos:

"Às 19 horas mais ou menos, o povo foi-se adensando nas proximidades dos cines Uberlândia, Cine Regente, Eden Cinema e Cine Paratodos, comentando o aumento nos preços dos ingressos.

Alguns freqüentadores, talvez prevendo as conseqüências que daquela aglomeração poderiam surgir, dirigiram-se aos proprietários e gerentes de nossos cinemas, buscando uma solução. Infelizmente, por razões que não nos compete discutir, não lograram êxito em suas intenções, isto é, o abaixamento provisório dos preços dos ingressos.

Tendo alguns mais exaltados, inesperadamente, arremessado uma pedra contra os vidros do cine Regente, iniciou-se dessarte um quebra-quebra de conseqüências imprevisíveis. O povo, como uma mole humana, avançou contra aquela casa de diversões, danificando o que encontrou à sua frente, tendo a gerência prontamente cerrado as portas, o que evitou danos de maior vulto. Do outro lado, um grupo numeroso de populares iniciava depredações no Cine Paratodos e outro grupo conseguiu arrombar as portas do Eden Cinema, arrancando poltronas que eram arremessadas à rua, com grande satisfação do povo aglomerado frente àquela casa de diversões.

Às 21 horas o povo começou a convergir para a avenida Afonso Pena, parando em frente ao Cine Uberlândia, onde se encontrava um piquete de soldados do destacamento local. O povo comentava os últimos acontecimentos, quando um menor arremessou uma pedra contra aquele cinema, provocando a reação dos soldados que ali se

¹³⁸ O Triângulo, 17/1/1959, p. 1 e 18/1/1959, p. 6.

encontravam. Os militares reagiram, o que provocou reação dos populares postados frente ao Cine Uberlândia. Diante de tal emergência, os soldados sacaram de suas armas e deram uma salva de tiros para o ar, o que veio aumentar a confusão reinante. Nisso, o povo avançou como uma avalanche contra o referido cinema, arrombou as portas e começaram a depredar todos os móveis, poltronas, etc., que foram arrastados até à rua, onde foram incendiados pela turba enfurecida. O povo, na sua insânia destrutiva, destroçou os aparelhos de filmagem, causando prejuízos de grande monta à empresa de Diversões Triângulo Mineiro S.A. Os soldados, impotentes, abandonaram o local que foi tomado inteiramente pelo povo exaltado. Às 22 horas, os populares encaminharam-se novamente para o edifício do Cine Regente, à rua Machado de Assis, onde puseram em fuga os policiais que se achavam guardando aquele cinema, iniciando outro quebra-quebra, destruindo completamente todo o mobiliário, poltronas, aparelhamento de filmagem, máquinas de escrever, etc."¹³⁹

Concluída a destruição dos cinemas, o povo foi dormir (descansar) para continuar no dia seguinte o assalto às casas comerciais. Foram dois os alvos da população sublevada: Arrazéns Messias Pedreiro e Casa Caparelli. Ali, além de depredar, danificar e incendiar, procedeu ao saque de mercadorias. A população aproveitou o ensejo para prover suas despesas, alguns, e/ou para ampliar os estoques comercializáveis, outros. Segundo o depoimento de Marialice Cliveira Santos,

"o quebra-quebra foi bom, pois a gente tava precisando. Eu não fui não. Eu tava... deixa ver, com quatro anos eu tava na época ... eu tinha 6 anos. Eu lembro direito desse quebra. Minha mãe foi, meu irmão foi, pegou arroz, feijão, e ... essas coisas lá no armazém, naquele armazém que

¹³⁹ "Cinemas - a faúlha que incendiou o rasilho do barril de pólvora". O Triângulo, 21/1/1959, p. 1.

eles quehram. Um armazém grande ... Guanabara, o armazém Guanabara... acho que é. Pegaram muitos doce, cocaia...".¹⁴⁰

Nessa altura dos acontecimentos, já fora montado um forte esquema repressivo, com deslocamento para Uberlândia de destacamentos policiais das cidades vizinhas - Araquari e Uteraba - e de Belo Horizonte. A ACIUB suspendeu suas atividades ordinárias para orientar a montagem do aparato repressivo.¹⁴¹ O Promotor Ciro Franco, então em Belo Horizonte, foi acionado como intermediário entre os dirigentes locais e o governo estadual.¹⁴² A ação repressiva resultou em mortes, algumas delas de pessoas alheias aos acontecimentos, vitimadas por balas perdidas.¹⁴³

Passado o pânico, teve início a devassa: havia que identificar os culpados. De Belo Horizonte foram enviados

¹⁴⁰ Entrevista concedida por Maria Alice de Oliveira Santos (doméstica, 33 anos) em 1986.

¹⁴¹ ACIUB, reunião diretoria, ata n. 958, 19/1/1959. Essa ata abre a reunião permanente da diretoria da entidade, instalada entre os dias 19 e 27 de janeiro de 1959.

¹⁴² Idem, *ibid.*

¹⁴³ Entrevista concedida pelo sr. Benedito Nazário (ferroviário e empresário aposentado) em 1986; *Correio de Uberlândia*, 22/1/1959, pp. 1 e 6; *O Triângulo*, 21/1/1959, p. 6.

agentes do DCPS (Delegacia de Ordem Policial e Social) para dirigirem as investigações. Centenas de pessoas foram presas, residências foram invadidas indiscriminadamente em busca das mercadorias saqueadas.¹⁴⁴ Nos dias imediatamente posteriores à explosão popular, o jornal **O Triângulo** publicou listas de nomes de pessoas envolvidas,¹⁴⁵ bem como exigiu peremptoriamente a punição dos receptadores, os quais, segundo o jornal, eram pessoas situadas no cume da pirâmide social. Aos poucos, a grita jornalística foi se acalmando e, ao final de janeiro, deu por findo o tom acusatório e a exigência de aplicação da "justiça para todos", com uma nota tirada sobre a comprovação da inocência dos possíveis receptadores.¹⁴⁶

¹⁴⁴ **Correio de Uberlândia**, 22/1/1959, p. 1; 24/1/1959, p. 1; **O Triângulo**, 24/1/1959, p. 1; 22/1/1959, p. 1; 25/1/1959, p. 6; 27/1/1959, p. 6; 7/2/1959, p. 1.

¹⁴⁵ **O Triângulo**, 22/1/1959, p. 1. apesar da publicação de algumas listas, o jornal fez uma campanha durante alguns dias, acusando os investigadores de omitirem responsabilidades nos saques.

¹⁴⁶ No dia 1/2/1959, o jornal **O Triângulo** informou estar de posse de dois nomes de figurões que atuaram como receptadores de mercadorias. Segundo o jornal, um era membro do Legislativo local. No dia 5/9/1959 (p. 1) o jornal noticiou os depoimentos espontâneos dos srs. Nicolau Peres e Adomerail Moreira de Miranda (este identificado com a Igreja) em que formalizavam a negativa de participação criminosa no "quebra-quebra". A campanha pela revelação dos envolvidos se encerrou com um artigo do dia 5/2/1959 (p. 1), informando a impossibilidade de localização de culpados através dos

O reforço do aparato repressivo da cidade foi a principal consequência do motim. Os preços de alguns serviços e de alguns gêneros, ficaram estáveis por algum tempo.¹⁴⁷ Entretanto, o aparelho repressivo sofreu reparos de caráter permanente.

Quase imediatamente após os sucessos de 18 e 19 de janeiro, a ACIUB iniciou pressões sobre a Secretaria de Segurança do Estado de Minas Gerais pela fixação permanente de uma companhia isolada em Uberlândia¹⁴⁸ e sobre o Ministério da Guerra, exigindo a instalação de uma unidade do Exército no quartel já em construção na cidade.¹⁴⁹ Ao

depoimentos e com outro do dia 14/2/1959, atribuindo aos "bicheiros" a condição de maiores beneficiários do "quebra-quebra".

¹⁴⁷ O Triângulo, 21/1/1959, p. 6; 22/1/1959, p.6; 22/3/1959, p.1; Correio de Uberlândia, 22/1/1959, p.6; 24/1/1959, p.6; 25/1/1959, p. 1. Apesar do retrocesso de alguns preços e do congelamento dos preços de alguns produtos, ainda em janeiro recomeçou a onda altista, inclusive através de iniciativas particulares, desrespeitando as determinações legais.

¹⁴⁸ ACIUB, reunião diretoria, ata n. 959, 3/2/1959.

¹⁴⁹ Idem, ata n. 964, 17/2/1959.

nesses tempo, iniciaram-se as pressões pela instalação, também, de uma Penitenciária Regional.¹⁵⁰

Na segunda quinzena de fevereiro, mais precisamente no dia 21, o **Correio de Uberlândia** publicou nota informativa sobre o aumento do contingente policial local. Em maio, a Delegacia Regional foi provida de um aparelho de radiofonia, bem como foi anunciada pelo Secretário de Segurança Pública do Estado a instalação de um departamento do DOES na cidade.¹⁵¹

Mas foi em 1962 que Uberlândia foi dotada do aparato repressivo solicitado desde o "quebra-quebra" de 1959: em vez de sede de penitenciária regional, tornou-se sede Regional de Polícia, com jurisdição sobre dezoito municípios¹⁵² sendo, a partir de então, favorecida por medidas diversas de aparelhamento repressor, tais como veículos, sistema de comunicação e, sobretudo, efetivos

¹⁵⁰ Idem, atas n. 983, 18/8/1959 e 1003, 8/3/1960.

¹⁵¹ **Correio de Uberlândia**, 21/2/1959, p-6.

¹⁵² Idem, 14/5/1959, p. 1; 3/6/1962, pp. 1 e 8.

militares.¹⁵³ Tornou-se, também, sede do Sexto Batalhão de Caçadores do Exército Nacional, o qual foi transferido da cidade de Ipareri/Goiás, onde era sediado anteriormente.¹⁵⁴

¹⁵³ Idem, 10/8/1962, p. 6; 17/7/1962, p. 1; 29/7/1962, p. 8; 4/9/1962, f. 1; 11/9/1962, p. 1; 15/9/1962, p. 8; 22/9/1962, f. 10; 21 e 22/10/1962, p. 1.

¹⁵⁴ Idem, 23/6/1962, p. 1; 1/7/1962, p. 1; 22/7/1962, p. 1; 26/7/1962, f. 1; 28/7/1962, p. 6; 28/7/1962, p. 1; 29/7/1962, f. 8.

ANEXO AO CAPÍTULO 2

Relação dos artigos sobre assistência social no jornal **Correio de Uberlândia**, entre 1955 e 1959.

- "Vai funcionar a creche Uberlândia" (28/7/1955, p.6) - criada pela Organização Feminina de Uberlândia;
- "Inimigos da Sociedade São Vicente de Paulo" (13/11/1955, p.6) - relativo aos mendigos que proliferam pela cidade, pedindo esmolas, em vez de procurarem os serviços prestados pela entidade; são identificados pelo jornal como "exploradores do povo"; - "Estamos na iminência de perder uma de nossas instituições assistenciais" (12/04/1956, p. 6) - um apelo pela preservação da "Creche Popular"; - "Tentaremos receber crianças no 'Lar' dentro de noventa dias" (17/07/1958, p. 5) - relativo à construção do orfanato feminino 'Lar Alfredo Júlio'; - "Pavilhão dona Alexandrina Pedreiro no 'Patronato de Menores'" (21/08/1958, p. 1) - refere-se à ampliação da instituição, sob o patrocínio de um industrial local; - "Apelo ao povo" (21/09/1958, p. 4) - a 'Fia União dos Filhos de Maria da Paróquia de N. Senhora de Fátima' solicita ajuda à população para amparar a pobreza; - "Patronato de Menores, segundo lar para os órfãos e abandonados" (15/03/1959, p.12) - descrição dos serviços

prestados pela entidade mantida pelo Rotary Club; - "Uma instituição" (17/05/1959, p. 5) - apologia ao trabalho da diretoria da Casa da Criança que, "podendo gozar os seus lazeres no lar feliz e ao abrigo das privações, prefere entregar-se a uma missão trabalhosa, cansativa, que absorve toda a sua atenção e todo o seu tempo"; - "Missão nobre do Rotary Club local" - apologia do trabalho desenvolvido pelos rotarianos no Patronato de Menores do Buriti, assim concluído: "é o Rotary que vai desligar o menor já em condições de servir, conquista assim uma expressiva vitória e novamente se recomenda ao conceito público"; - "Mais duas salas de aula na Joana D'Arc" (09/07/1959, p. 6) - ampliação de turmas escolares e de gabinete dentário gratuitos pelo Centro Espírita Joana D'Arc; - "Hoje inauguração: grande obra de amparo à criança" (19/07/1959, p. 1) - Casa da Divina Providência, orfanato para 100 meninas, mantido pelos padres franciscanos; - "Comissão do Lions visitará (hoje) Patronato do Rio das Pedras" - o Lions Club assume a direção da instituição de menores; - "Asilo: distribuição de víveres" (04/10/1959, p. 4) - informe sobre a distribuição de víveres às famílias pobres da cidade pelos vicentinos; - "Assistência social adventista" (01/11/1959, p. 5) - descrição dos serviços assistenciais prestados aos pobres pelos adventistas; - "Casa da Divina Providência" (08/11/1959, p. 7) - informe sobre ampliação da casa mantida pelos vicentinos.

Desta extensa lista estão excluídos os numerosos informes sobre doações diversas, subvenções públicas e campanhas financeiras de coleta de alimentos e vestuários, destinadas às instituições assistenciais.

3. RELAÇÕES DE TRABALHO

Falar de classe trabalhadora em Uberlândia, no período entre 1950 e 1964, é referir-se a uma massa heterogênea de trabalhadores, atuando sobretudo no setor de serviços - comércio, serviços públicos e domésticos, além de auxiliares desqualificados da construção civil - de origem geográfica diversificada, apesar de predominantemente da própria região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba.¹⁵⁵ A organização de classe que se forjava era patronizada pela Igreja Católica através, sobretudo, do Círculo Operário. A organização sindical era incipiente, atuando nos moldes estritos da legislação trabalhista, de cunho corporativista.

Essa classe distinguia-se pelas suas condições de vida, pelos esforços que empreendia para delinear sua própria identidade, bem como pela atenção que lhe dispensava a classe dominante.

¹⁵⁵ FREITAS & SAMPAIO. *Cp. cit.*, cap. V.

O CARÁTER CORPORAIVISTA DO PROCESSO ORGANIZATIVO DA CLASSE
TRABALHADORA EM UBERLÂNDIA.

Os trabalhadores em Uberlândia organizavam-se em consequência de dois impulsos divergentes: 1- a partir da necessidade ditada pelas próprias condições de sua inserção na sociedade;¹⁵⁶ 2- devido aos estímulos externos que recebia de setores organizados da sociedade, tais como a própria ACIUB e a Igreja Católica.

Em 1986, o sr. Júlio Albino, primeiro presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil e do Mobiliário, afirmou-me em entrevista que, quando aqui chegou, em 1953, os trabalhadores da construção civil não eram registrados, ganhavam muito aquém do que produziam, sem direito a reclamações e não contavam com a assistência médica a que tinham direito. Sua experiência sindical anterior, em Patos de Minas, levou-o a iniciar um movimento pela criação do sindicato em Uberlândia, com vistas à melhoria das condições de trabalho da categoria. O empreendimento, de fato, significou a transformação em sindicato da associação já existente. Em 1954, o sindicato passou a existir oficialmente, apesar de não ter nem mesmo

¹⁵⁶ Refiro-me, aqui, ao antagonismo de classe decorrente da inserção das mesmas no modo de produção capitalista.

sede. Os equipamentos exigidos pelo Ministerio do Trabalho - máquina de escrever, esquivaninha, livros de registro - para reconhecer a existência da entidade, foram adquiridos através da constituição de uma "caixinha" entre os companheiros e colocados em uma sala emprestada, apenas para efeito de registro oficial.¹⁵⁷

A partir de então o referido sindicato teve uma atuação significativa em Uberlândia, participando de movimentos reivindicatórios de caráter geral e da organização de eventos específicos dos trabalhadores, como encontros sindicais e comemorações do Primeiro de Maio.¹⁵⁸

Na segunda metade da década de 50 e primeiros anos da década de 60, multiplicaram-se as organizações profissionais de trabalhadores em Uberlândia. Várias categorias profissionais criaram associações: funcionários

¹⁵⁷ Entrevista realizada em 1986.

¹⁵⁸ ACIUB, reunião diretoria, atas n. 870 (2/5/1957) e 886 (22/8/1957); Circulo Operário, reunião diretoria, atas n. 163, 173, 207, 219, 255, 277, 333, 445 e 458, entre maio de 1956 e fevereiro de 1964; Correio de Uberlândia, 3/5/1959, p. 1; 10/12/1959, p. 1 e 2; 12/3/1960, p. 4.

A ênfase dada a esse sindicato é motivada pela abrangência da sua atuação na organização da classe trabalhadora local, o que está fartamente registrado pela imprensa e nos arquivos de todas as entidades pesquisadas.

públicos municipais (1954); barbeiros (1959); carroceiros (1960); gráficos (1958); professores (1959); trabalhadores das indústrias mecânicas e similares (1957); marceneiros (1962) etc. As categorias que já tinham suas associações as transformaram em sindicatos.¹⁵⁹

Permeada pelas características próprias da sua constituição, no sentido fisiológico e pedagógico, a organização sindical dos trabalhadores de Uberlândia foi norteada pelos princípios corporativistas contidos na legislação trabalhista instituída pelo governo Vargas.

O corporativismo aqui referido pressupõe

"que o bem geral deve prevalecer sobre interesses particulares. (...) [Funcionando o Estado] como árbitro sobre uma hierarquia de associações de empregados e empregadores, assegurando contato institucionalizado entre ambos em todos os níveis. Na teoria, tal contato permite que a cooperação e a solidariedade social substituam os conflitos de classe e a desordem social."¹⁶⁰

As maiores conquistas dos trabalhadores uberlandenses, naquela época, portanto, contaram com a colaboração de entidades e políticos da classe dominante.

¹⁵⁹ RODRIGUES, J. F. Silva. Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense - o setor de serviços - 1924-1964. Dissertação de Mestrado, USP, 1989. pp. 154-159.

¹⁶⁰ FRICKSON, P. Paul. Sindicalismo no processo político no Brasil. S.P., Brasiliense, 1979, p. 13.

Esta constatação mostra, por um lado, as dificuldades de atuação autônoma dos trabalhadores locais, bem como o duro caminho percorrido no processo de aprendizagem para atuação coletiva organizada. Por outro lado, revela a importância das suas iniciativas, no sentido de alertar a classe patronal e os políticos para as penosas condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos.

A classe patronal adotava dois comportamentos antagônicos relativamente ao esforço organizativo dos trabalhadores. Individualmente, os empresários reprimiam os empregados que ousavam participar de articulações organizativas cujas se filiavam a entidades já criadas. Coletivamente, através da ACIUB, expressavam um comportamento público de estímulo cívico à organização dos trabalhadores.

A repressão às iniciativas de organização dos trabalhadores exercia-se no plano individual, no interior da empresa, através de ameaças e demissão sumária daqueles que ousassem participar dos sindicatos ou de outras organizações de classe de caráter contestatório.¹⁶¹

¹⁶¹ Correio de Uberlândia, 3/9/1960, p.7. Ver também reivindicações do Congresso dos Trabalhadores do Triângulo Mineiro, p. desta dissertação.

A outra forma de repressão era coletiva, planejada nos fóruns da ACIUB.¹⁶² Em 1963, planejou-se inclusive a criação do Serviço de Proteção aos Patrões - nos moldes do Serviço de Proteção aos Empregadores do Centro das Indústrias de Juiz de Fora -

"no qual fosse organizado um fichário dos maus empregados e operários que viver criando dificuldades aos patrões com suas queixas à Junta de Conciliação e Julgamento, a fim de que, ao ser admitido um novo empregado ou operário, seja possível ao patrão encontrar informações deste na Associação Comercial, inclusive quanto às infidelidades funcionais (desfalques e rcutos)".¹⁶³

As sugestões contidas na identificação dos maus empregados (os que reclamam na instância legal) e na palavra "inclusive" para o arrolamento de informações são indicativas da amplitude do serviço que se pretendia criar.

A participação da ACIUB no processo de organização da classe trabalhadora dava-se através da colaboração com os sindicatos na luta pela melhoria do serviço de assistência médica, na reivindicação da instalação em Uberlândia da Junta de Conciliação e Julgamento e do serviço de registro profissional (confeção de carteiras de trabalho), bem como

¹⁶² ACIUB, reunião diretoria, atas n. 990, 1157 e 1160, entre dezembro de 1959 e junho de 1963.

¹⁶³ Idem, atas n. 1157, 14/5/1963 e 1160, 4/6/1963.

fazendo-se presente aos eventos promovidos pelas entidades da classe trabalhadora.¹⁶⁴

A ativação da ACIUB quanto a esse propósito era eliminar a idéia de conflito nas relações entre as classes, como está explícito no discurso de posse do presidente da entidade, sr. Wilson Rodrigues da Silva:

"com as demais associações locais, patronais e de empregados, queremos manter o mais íntimo convívio, queremos estar dentro do espírito da encíclica de Leão XIII, a *Rerum Novarum*: 'as classes são diversas, mas não adversas'. Patrões e empregados, em classes diversas, mas não adversas, lutando no sentido da grandeza de nossa cidade, conquistarão áreas enormes de inestimáveis vitórias, e nos darão uma singular posição de destaque no concerto dos municípios brasileiros".¹⁶⁵

Buscava-se "construir a solidariedade social".¹⁶⁶

¹⁶⁴ Confirmando o espírito de colaboração entre as classes, proposto pela CLT, era prática em Uberlândia o relacionamento amistoso entre organizações profissionais de patrões e de empregados (participação nas cerimônias de posse das diretorias) e promoção conjunta de eventos (comemorações do Dia do Trabalho, comemoração do Jubileu de Ouro do Rotary Clube Internacional - este, divulgado pelo *Correio de Uberlândia* em 28/5/1955, pp. 1 e 4.

¹⁶⁵ ACIUB, ata da Assembleia Geral Ordinária de Prestação de contas e posse da nova diretoria eleita para o exercício de 1962, 11/1/1962.

¹⁶⁶ ERICKSON, R. Paul. Op. cit., p. 51. Citando Oliveira Vianna.

Foram três as principais lutas empreendidas, no período, pelas entidades dos trabalhadores - sempre com a participação da ACIUB - e mediadas pela ação parlamentar do Deputado Rondon Pacheco, em primeiro lugar, e de outros parlamentares da região.

1- Instalação em Uberlândia, dos serviços de assistência médica da Previdência Social - Segundo o sr. Jélic Albino, quando adoecia um trabalhador em Uberlândia, era necessário levá-lo em ambulância para Uberaba,¹⁶⁷ para ser atendido na agência do IAPI ali instalada (o sindicalista referia-se aos trabalhadores da construção civil).

Os IAPs (Institutos de Aposentadoria e Pensão) estavam presentes em Uberlândia cobrando as contribuições estipuladas em lei, mas com um serviço assistencial precário, ineficiente e, às vezes, inexistente. Todas as categorias reivindicavam a prestação de serviços pelos respectivos institutos, sobretudo assistência médica. Entretanto, havia uma grande desigualdade entre eles no que se refere ao serviço mencionado.

¹⁶⁷ Uberaba fica distante 110 Km de Uberlândia.

Aparentemente, o IAPE (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Bancários) era o único que funcionava a contento, constituindo-se, inclusive, em referência para os segurados dos outros institutos.¹⁶⁸ Além disso, não foram encontrados registros de empreendimentos reivindicativos dos bancários relativamente à assistência médica.

O IAPTEC (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Empregados em Transportes e Cargas) oferecia serviços médicos e odontológicos desde o início da década de 50.¹⁶⁹ Em algumas circunstâncias, porém, os serviços tornavam-se deficientes, provocando reclamações e exigências da categoria.¹⁷⁰

O serviço de assistência médica do IAPC (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes) começou a funcionar apenas em 1963, com muitas dificuldades, apesar

¹⁶⁸ Associação dos Motoristas, reunião diretoria, ata n. 313, 17/3/1958.

¹⁶⁹ Associação dos Motoristas, reunião diretoria, atas n. 116, 118, 125, 135, 136, 178, 184, 313, 315, 319, 331, 319, 331, 349, 363, 369, 370, 372, 375, 376, 402, 403, 410, 422, entre 1/2/1954 e 6/6/1960.

¹⁷⁰ Idem ibid., atas n. 116, 118, 125 e 136 (1954); 162, 178 e 184 (1955); 314 e 348 (1958); 363, 375 e 390 (1959); 410 e 412 (1960)

dos esforços empreendidos pela ACIUB para esse fim, desde 1954.¹⁷¹

O IAPI (Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários) apenas em 1956 instalou uma agência em Uberlândia. Entretanto, a instalação da agência não significou a regularização do serviço de atendimento médico local, o qual continuou a ser reivindicado ao longo das décadas de 50 e 60. Em 1962, realizou-se uma reunião na ACIUB, com a participação desta entidade, dos representantes sindicais de várias categorias, de representantes da Associação Médica local e do representante do IAPI, Dr. Célio Contiero, para encontrar uma solução para o problema, que, mais uma vez, adiada para o dia seguinte, na dependência de entendimentos particulares com a Sociedade Médica.¹⁷²

Durante todo o período, reivindicava-se a prestação da assistência médica através da celebração de convênios com a Sociedade Médica ou com os hospitais locais, ou através da instalação de ambulatórios médicos, ou, ainda,

¹⁷¹ ACIUB, reunião diretoria, atas n. 751, 828, 875, 876, 877, 880, 890, 891, 892, 893, 908, 914, 917, 933, 955, 1133, 1162 e 1171, entre julho de 1954 e junho de 1963.

¹⁷² Idem ibid., ata n. 1105, 24/4/1962.

através da construção de hospitais próprios da Previdência Social.¹⁷³

Os trabalhadores locais, juntamente com a ACIUB, reivindicaram também - sem conseguir - um posto do SAMDU (Serviço de Assistência Médica Domiciliar e de Urgência) e a instalação de uma unidade do SAPS (Serviço de Alimentação da Previdência Social).¹⁷⁴

Até meados da década de 60, o problema da assistência à saúde dos trabalhadores continuava insolúvel. A assistência médica generalizou-se para todos os trabalhadores apenas com a reforma da Previdência Social, a partir da unificação dos diversos institutos no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Em Uberlândia, entretanto, até 1969 ainda não funcionava um serviço público razoável de assistência à saúde. Segundo o relatório do

¹⁷³ Idem ibid., atas n. 880, 892, 893, 914, 917, 971, 972, 1068, 1070, 1105, 1133, 1162, 1171 e 1182, entre julho de 1957 e dezembro de 1963; Associação dos Motoristas, reunião diretoria, atas n. 125, 135, 185, 306, 315, 319, 349, 402, 403, entre abril de 1954 e janeiro de 1964.

¹⁷⁴ ACIUB, reunião diretoria, atas n. 747, 894, 925 e 926, entre maio de 1954 e maio de 1958; Resoluções do I Congresso dos Trabalhadores do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Correio de Uberlândia, 3/9/1960, p. 7.

SESI sobre a posição sócio-econômica do município no Estado de Minas Gerais,

"c INPS funciona ali em condições 'sui generis', pois presta assistência aos segurados somente sob a forma de cirurgia de urgência.

Qualquer exame clínico de que o segurado necessitar correrá por sua conta, pois aquele órgão não dispõe de um quadro de médicos próprios."¹⁷⁵

2- Instalação em Uberlândia, de um posto de identificação profissional - Também este era um serviço regional prestado apenas por Uberaba. Mais uma vez foi o Sr. Jôlic Albino quem se referiu às dificuldades dos trabalhadores locais para regularizarem sua situação jurídica/profissional. Foi esse, inclusive, um dos fatores da sua decisão de participar da organização da categoria dos trabalhadores da construção civil. Foi uma tarefa realizada conjuntamente pelo SITCCMU, pelo Círculo Operário e pela ACIUB. O posto de identificação profissional começou a funcionar em junho de 1958, tendo sido credenciado o sr. José Custódio Sobrinho para fornecer as carteiras de

¹⁷⁵ SESI - Serviço de Pesquisa e Estatística. Relatório sobre a posição sócio-econômica dos principais municípios de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1969, p. 37.

trabalho.¹⁷⁶ No entanto, a documentação da-nos conta de sua provável interrupção após um ano de funcionamento.¹⁷⁷

3- Instalação em Uberlândia da Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho - A 19 de dezembro de 1958 foi sancionada pelo Presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, a criação da Junta de Conciliação e Julgamento do Trabalho para Uberlândia.¹⁷⁸ Esse foi o coroamento de um longo processo, em que as entidades de trabalhadores e patronal se uniram para a efetivação da medida, tendo sido o STICCMU e a ACIUB as entidades que mais se esforçaram nessa tarefa, conforme consta da documentação da própria ACIUB e do Círculo Operário.¹⁷⁹

¹⁷⁶ ACIUB, reunião diretoria, ata n. 930, 3/6/1958.

¹⁷⁷ As atas da ACIUB, n. 978 e 979, de 23 e 30 de junho de 1959, respectivamente, referem-se à possível extinção do serviço em Uberlândia. Em dezembro de 1963, a ata 1181 retoma o assunto, registrando reivindicação ao Ministério do Trabalho de instalação de um Posto de Serviço nessa cidade, com a finalidade de expedir carteiras profissionais e rubricar fichas e livros de empregados.

¹⁷⁸ ACIUB, reunião diretoria, ata n. 955, 5/1/1959; Correio de Uberlândia, 20/12/1959, pp. 1 e 2.

¹⁷⁹ Círculo Operário, reunião diretoria, atas n. 131 e 165, de 23/11/1954 e 19/5/1956, respectivamente; entrevista com o Sr. Jélio Albino (1986); ACIUB, reunião diretoria,

A efetivação da medida tão insistentemente reivindicada, teria conseqüências distintas para patrões e empregados. Para estes, significava a localização, afinal, de um interlocutor supostamente neutro a quem encaminhar as queixas contra as condições de trabalho inaceitáveis; para aqueles significava a instalação na cidade, de um organismo capaz de controlar ou dar vazão às insatisfações dos trabalhadores, dificultando, portanto, a eclosão de possíveis conflitos coletivos.

A JCJ, entretanto, só foi efetivamente instalada em outubro de 1960.¹⁸⁰

Coube, no entanto, à Igreja Católica o papel preponderante no processo de instituição da ordem social harmônica através, sobretudo, do Círculo Operário.¹⁸¹

O Círculo Operário - mais tarde, Círculo dos Trabalhadores Cristãos - foi criado em Uberlândia desde a

atas n. 822, 841, 846, 895, 905, 907, 923, 926 e 930, entre 5/4/1956 e 3/6/1958.

¹⁸⁰ Correio de Uberlândia, 30/1/1960, p. 1; 22/5/1960, p. 1; 30/6/1960, p. 1; 11/8/1960, p. 6; 6/10/1960, p. 8.

¹⁸¹ V. texto de LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas, EDUNICAMP/Papirus, 1986, cap. 6.

década de 40.¹⁸² Os princípios norteadores do seu trabalho eram corporativistas, propugnando pela conciliação entre trabalho e capital, conforme orientação dos seus documentos básicos: as Encíclicas Papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno* (esta, comemorativa dos quarenta anos de elaboração da primeira, reforçava os princípios enunciados por aquela).

A Encíclica Papal *Rerum Novarum*, foi produzida em 1891 pelo Papa Leão XIII.

"Reconhecia a ambigüidade do capitalismo liberal, cuja dimensão econômica e política criara 'patrões impiedosos', 'competidores ávidos e desenfreados', enquanto os operários foram abandonados ao acaso e sem defesa".¹⁸³

Com base nesse entendimento, propunha uma ação articulada entre a Igreja, o Estado e as associações de classe, tendo em vista o esclarecimento e a defesa dos operários contra a cupidez e a falta de escrúpulos dos capitalistas, com ênfase na elaboração e respeito à legislação social: salário, jornada de trabalho, repouso dominical, greves etc.¹⁸⁴

¹⁸² Atas das reuniões da diretoria do Círculo Operário nos anos 50 e 60; entrevistas ao sr. José Vicente do Nascimento e Caio Lima Santa Cecília (ex-presidentes do CO) e Sebastião Marques dos Santos (presidente do CO em 1986, quando se realizaram as entrevistas).

¹⁸³ GRCSSI, Ione S. Mina de Morro Velho - a extração do homem. B. J., Paz e Terra, 1981, p. 192.

¹⁸⁴ Idem, *ibid.*, p. 192.

Em Uterlândia, o Círculo Operário baseou o seu trabalho na formação da consciência dos direitos do operário, ao mesmo tempo que propugnava pela convivência pacífica com a classe patronal, bem como pela criação do sentimento da boa vontade em colaborar.¹⁸⁵

Com esta perspectiva, empenhou-se na organização dos vários sindicatos e associações dos trabalhadores locais. Para isto, promovia cursos e palestras para lideranças sindicais, participava das reuniões para criação das associações e sindicatos, emprestava a sua sede às entidades em processo de formação, incluía os seus filiados nas diretorias que se constituíam, promovia eventos festivos, esportivos e artísticos para os trabalhadores, sobretudo nas comemorações do Primeiro de Maio.¹⁸⁶ Essas atividades sempre incluíam reflexões, orações e missas.

Entre as lideranças sindicais da época, destacaram-se alguns circulistas aplicados: José Custódio Sobrinho - presidente do Sindicato dos Trabalhadores da

¹⁸⁵ Entrevistas concedidas por José Vicente do Nascimento, Caio Lima Santa Cecília e Sebastião Marques dos Santos; discurso político de José Custódio Sobrinho nas matérias jornalísticas sobre o sindicalismo local.

¹⁸⁶ O Primeiro de Maio era comemorado pelos circulistas como o Dia de São José "Trabalhador".

Construção Civil e de Mobiliário e presidente do próprio Círculo Operário; seu sogro, José Vicente do Nascimento, que também foi presidente do CO e membro da diretoria daquele mesmo sindicato; Caio Lima Santa Cecília, bancário, membro da diretoria do CO por longo tempo, como presidente ou com outro cargo, tendo papel destacado na organização dos trabalhadores através das atividades que promovia. Vale salientar que o sr. José Custódio Sobrinho foi o sindicalista mais atuante do seu tempo, segundo os registros de toda a documentação pesquisada.

O Círculo Operário contava com o apoio de um padre eminente em Uberlândia, o Monsenhor Eduardo, que desenvolvia uma intensa obra assistencial. O CO era um dos espaços em que implementava o trabalho assistencialista. Apesar do apoio de Monsenhor Eduardo, a relação do CO com a Igreja Católica local era um tanto conflituosa. Segundo o sr. José Vicente, o Monsenhor Eduardo era o único padre que dava ao CO a assistência necessária.

A influência do CO foi mais acentuada sobre os sindicatos dos trabalhadores da construção civil, da indústria alimentícia e das indústrias mecânicas e metalúrgicas, os quais mantinham estreitas relações entre si e com o próprio Círculo.

Vale a pena destacar especialmente a participação do prof. Lélis Chaves no processo de formação da classe trabalhadora pelo CC, dado o caráter político da sua ação. Professor, advogado e fazendeiro, este senhor participou da organização do movimento sindical divulgando princípios integralistas.

Foi, portanto, com o propósito de contribuir para fundar em Uberlândia a sociedade corporativa, que ele se fez presente no processo de organização sindical. Para isto o prof. Lélis pregou as suas idéias através das palestras que proferiu e de artigos publicados no Correio de Uberlândia.¹⁸⁷ Posteriormente, suas idéias foram sintetizadas em um pequeno livro que produziu para ministrar aulas na Universidade Federal de Uberlândia. No livro, intitulado Macro-Análise Política, expõe os princípios e as vantagens da sociedade corporativa.

Os princípios que defende podem ser traduzidos no que segue: 1- organização política corporativa - isto é, representação das categorias profissionais no parlamento, ao lado dos partidos políticos (p.5 a 12); 2- relações harmonicasas entre patrões e empregados na empresa - para isto propõe a participação dos empregados nos lucros das

¹⁸⁷ Correio de Uberlândia, 8/10/1960, p. 7; 12/7/1959, p.6.

empresas como meio para criar a convivência cooperativa e evitar o controle da empresa pelo Estado (p. 25 a 30); 3- reforma estrutural e ética da sociedade de modo que "os profissionais saibam ser solidários entre si e com o grupo" (p. 30 a 35).

A apresentação desse personagem e das suas idéias tem como fim mostrar a predominância das idéias corporativistas vigentes no processo de organização da sociedade civil uberlandense nos meados do século XX, apesar de não terem o alcance da proposta citada, a qual postulava a divisão dos lucros da empresa entre empregados e patrões, bem como a representação política das categorias profissionais no parlamento.

Também inspirada na Encíclica *Humanae Vitae*, a Ação Católica foi criada no Brasil em 1935. Como no restante do país, a sua ação em Uberlândia foi acentuada ao final da década de 50 e início dos anos 60, tendo desempenhado um papel expressivo na formação da juventude local. Duas das suas entidades foram especialmente atuantes: a JOC - Juventude Operária Católica e a JIC - Juventude Independente Católica. É nítida, nessas duas entidades, a clivagem das

classes, cujas práticas são diferenciadas conforme a situação social dos seus integrantes.¹⁸⁸

A primeira, constituída por tarabalhadores, propiciou a formação de jovens questionadores e lutadores por seus direitos, que descobriram no processo de participação na entidade.¹⁸⁹ A dinâmica de trabalho da JOC consistia na realização de reuniões periódicas entre os jovens trabalhadores, para discutirem os problemas do seu cotidiano e redimensionarem as estratégias de ação. O jovem jccista atuava com base na tríade metodológica: VER, JULGAR e AGIR.¹⁹⁰

A JIC foi constituída por parte significativa da classe média uberlandense. Segundo as senhoras

¹⁸⁸ Entrevistas concedidas por Márcia Lúcia das Neves (empregada doméstica), Zacarias Pereira da Silva (operário da construção civil), Durval Garcia (professor) e "senhoras" da Ação Católica de Uberlândia, em 1986; **Correio de Uberlândia**, 27/5/1959, p. 1; 27/8/1959, p. 8; 13/9/1959, p.8 (materiais relativos ao Encontro Regional da JIC).

¹⁸⁹ A JOC realizou dois encontros em Uberlândia - em 1961 e em 1963 (CORRIGUES, J. F. S. Op. cit., anexo 5, p. 202). Segundo os entrevistados, a documentação da entidade perdeu-se em 1964, após intervenção do governo federal.

¹⁹⁰ MURARO, V. Francisco. Juventude Operária Católica. S. P., Brasiliense, 1985.

entrevistadas,¹⁹¹ ex-integrantes da entidade, fizeram parte da JIC vários membros do governo municipal, na gestão 1984-1988, inclusive o prefeito, Zaire Resende, e o vice-prefeito, Durval Garcia. Este era, na época, cônego da Catedral Santa Terezinha e coordenador da Ação Católica local.¹⁹²

O trabalho da Ação Católica local tinha um caráter predominantemente cívico-religioso. Procurava-se despertar, na juventude, o senso da justiça social, a crença na positividade da vida e a prática dos bons hábitos religiosos. As entrevistas a esse respeito revelaram valores peculiares adquiridos enquanto participantes das instâncias organizativas da Ação Católica. As senhoras entrevistadas, ex-membros da JIC, referiram-se ao seu bom relacionamento com as empregadas domésticas em casa, bem como ao trabalho que empreendiam para conscientizá-las dos seus direitos, a partir da aprendizagem que tiveram na JIC.

O trabalho junto à juventude trabalhadora era complementar à atuação junto à classe média. A proposta era

¹⁹¹ As senhoras entrevistadas pediram para não ser identificadas.

¹⁹² *Correio de Uberlândia*, 25/7/1959, p. 1; 27/8/1959, p. 8; 3/9/1959, p. 1; 13/9/1959, p. 8. Uberlândia chegou a sediar um encontro regional da JIC em agosto de 1959.

despertar nos jovens a consciência do seu tempo e do meio social em que se inseriam. Essa consciência deveria estimular a ação: de um lado a ação deveria encaminhar-se para a conquista da dignidade pessoal enquanto ser humano e enquanto cidadão; de outro lado, deveria convergir para a prática da justiça social. Uma prática era complementar à outra à medida que as necessidades e as reivindicações da primeira deveriam encontrar eco no senso de justiça da última.

As concepções sobre a convivência social solidária tiveram influência acentuada sobre o movimento de organização dos trabalhadores, especialmente as que postulavam relações harmoniosas entre patrões e empregados. Expressaram-se nos discursos de diversos sujeitos, inclusive de líderes sindicais e até nas teses do I Congresso dos Trabalhadores do Triângulo Mineiro,¹⁹³ no qual enfatizou-se a necessidade de

"estreitar relações entre empregados e patrões"

e aprovou-se, entre outras medidas,

"solicitação à Associação Comercial desta cidade e outras comarcas no sentido de que colaborem com os trabalhadores, pois constantemente eles são perseguidos porque ingressam em entidades de classe como associados, e sempre o patrão exige que o empregado deixe esta 'bobagem', como dizem alguns. A nossa intenção é que o trabalhador seja livre, porém cumpridor de seus sagrados deveres".

¹⁹³ Correio de Uberlândia, 3/9/1960, p.7.

Faz parte do processo pedagógico de inculcação da idéia de colaboração entre as classes, a homenagem prestada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário ao líder sindical mineiro, Cândido Siqueira, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário, da qual participaram representantes dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além de representantes da Associação Comercial, da Comissão de Defesa dos Interesses de Uberlândia, da imprensa, dos partidos políticos e, obviamente, das diversas entidades dos trabalhadores.

O jornal informou que

"coube ao Prefeito, Geraldo Ladeira, a incumbência de entregar a medalha de ouro ao homenageado da noite, prestando também a sua homenagem e a do povo de Uberlândia".¹⁹⁴

Todas as lideranças presentes, inclusive os representantes da imprensa, solidarizaram-se com a proposta do sindicalista e circulista José Custódio Sobrinho de se realizar em Uberlândia um Congresso de Trabalhadores. Foi ainda nessa circunstância que o Prefeito Geraldo Ladeira comprometeu-se a construir em Uberlândia uma Casa de Recreio do Trabalhador (o que jamais se realizou).

¹⁹⁴ Idem, 27/10/1959, p. 1; 29/10/1959, p. 7.

Em outra solenidade do dia 04/08/1959,¹⁹⁵ mais uma vez se afirma a preocupação do bom relacionamento entre patrões e empregados. Na posse da nova diretoria do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário, estiveram presentes não apenas os representantes sindicais dos trabalhadores, mas também representantes da ACIUB e do Sindicato do Comércio Varejista. A boa vontade de todos em se confraternizarem expressou-se nas falas de: José Custódio Sobrinho - o qual

"atacou de rijo os 'pelegos' que dominam certos sindicatos, fez um apelo para que trabalho e capital entrem em concórdia".

Meryge José Alexandre (representante da Associação Comercial) -

"atacou os patrões que não pagam salário mínimo, esclarecendo que se um industrial não paga o salário mínimo, sua indústria é perniciosa e deve ser instalada em qualquer lugar, menos em Uberlândia. Disse que não compreendia como ainda existem empregados que não estão sindicalizados, explicando que a Associação Comercial de há muito compreendeu que o trabalhador sindicalizado vale mais, pediu aos trabalhadores que se unam para cumprir as leis trabalhistas, leis estas que nem um 'santo' faria melhor".

Aranias de Paula Costa (representante do Sindicato do Comércio Varejista)

- "...disse que era um prazer estar junto dos seus amigos Josué Divino, José Custódio, Jélio Albino. (...). Declarou que ele também havia praticado esta coisa tristíssima que é não pagar salário mínimo e obrigar o empregado a assinar a

¹⁹⁵ Idem, 4/8/1959, pp. 3 e 5.

folha de pagamento como se tivesse recebido.
Explicou porque agora não fazia isto".

Têm essa mesma perspectiva as comemorações do Dia do Trabalho e do Dia do Motorista, nas quais observa-se a "confraternização" geral da sociedade local, amplamente divulgada pela imprensa.

O corporativismo predominante no processo de organização da sociedade civil em Uberlândia não eliminou o caráter antagônico das relações sociais. Apesar dos esforços retóricos para instituição da sociedade cooperativa, a classe trabalhadora reagia à realidade concreta da exploração cotidiana, procurando criar mecanismos que possibilitassem a melhoria das suas condições de vida.

Isto é, evidentemente prevaleceram as orientações legais e ideológicas de caráter corporativista nas formas organizativas e práticas políticas dos trabalhadores, sobretudo naquelas relativas à estrutura sindical. Porém, no interior mesmo dessas organizações, a própria dinâmica de constituição da classe levou os trabalhadores a extrapolar os limites determinados pela orientação legal e ideológica.

OS ESPORÇOS ORGANIZATIVOS DOS TRABALHADORES: OUTRAS
EXPERIÊNCIAS

São significativos do esforço organizativo dos trabalhadores de Uberlândia, os encontros de caráter sindical que realizaram e/ou de que participaram. Esses encontros, antes de tudo, tiveram uma função pedagógica na formação política da classe, haja vista o crescimento numérico dos mesmos e a variedade e abrangência dos assuntos tratados, conforme a relação apresentada pela prof. Jane de Fátima Silva Rodrigues.

Entre 1950 e 1963, as entidades locais de trabalhadores participaram de 20 encontros de caráter classista, realizados fora de Uberlândia e de 5 encontros da mesma natureza, realizados na própria cidade. Nesses encontros trataram-se de temas relativos a reivindicações de serviços básicos como habitações populares, assistência à saúde e subsídios à alimentação, bem como temas relativos à autonomia sindical, a melhoria dos salários, à inflação e à relação dos trabalhadores com a guerra.¹⁹⁶

¹⁹⁶ RODRIGUES, J. F. S. Op. cit., anexos 4 e 5, pp. 196-202.

Também a greve esteve presente no conjunto das ações organizadas da classe trabalhadora em Uberlândia.¹⁹⁷ A categoria que mais realizou greves naquele período foi a dos motoristas.¹⁹⁸ Foram greves de pequena duração, com vitórias asseguradas, muitas vezes, pela mediação da classe patronal.¹⁹⁹ As greves realizadas pelas demais categorias tiveram resultados pouco significativos no que se refere às reivindicações que as determinaram.²⁰⁰ Foram importantes, porém, enquanto espaço pedagógico da organização e amadurecimento da classe.

Outra modalidade importante da ação articulada dos trabalhadores foi a assistência mútua, revelando simultaneamente, as precárias condições de vida e a solidariedade de classe. Nessa modalidade de ação,

¹⁹⁷ RODRIGUES, J. F. S., op. cit., quadro demonstrativo das greves, pp. 154-159.

¹⁹⁸ 1952, 1955, 1956, 1957, 1958, 1962, 1963 - RODRIGUES, J. F. S., op. cit., p. 154-159.

¹⁹⁹ Correio de Uberlândia, 1/6/1955, p. 1; ACIUB, reunião diretoria, atas n. 791 (17/5/1955); 795 (14/6/1955); 867 (4/4/1957).

²⁰⁰ RODRIGUES, J. F. S., op. cit., pp. 154-9.

destacaram-se a Associação dos Motoristas e o Círculo Operário.

Este mantinha uma Caixa de Socorro Mútuo, da qual retiravam-se as contribuições financeiras necessárias a tratamento de saúde e auxílio/funeral.²⁰¹

A solidariedade entre os profissionais do volante era muito mais ampla. Além de ter uma abrangência nacional, a ajuda extrapolava os casos de assistência à saúde e auxílio funeral, configurando-se nas mais diversas situações, conforme ilustração dos casos abaixo.

- Ajuda aos motoristas vítimas de roubo²⁰²

- "O sr. João Cândido expôs as condições audaciosas de dois malandros que deram um sujeito golpe em nosso associado, sr. Vicente Vieira de Souza, do qual teraram um carro para que os conduzissem a Canápolis e não efetuaram o pagamento, em face do principal malandro haver fugido. A Casa deliberou então que dirigisse à nossa sede o sr. Vicente Vieira, e desse mais detalhadamente porrenores a respeito do caso a fim

²⁰¹ Círculo Operário, reunião diretoria, atas n. 138, 1/3/1955 e 154, 20/12/1955 (Livro 1); 158, 31/1/1956; 173, 7/8/1956; 222, 16/9/1958; 401, 29/10/1962; 481, 1/9/1964, (Livro 2).

²⁰² Associação dos Motoristas, reunião diretoria, atas n. 118, 15/2/1954, Livro 1953-56, f. 30; 360, 23/2/1959, Livro 1957-60, f. 47; 421, 30/5/1960, Livro 1957-60, f. 96v.

de que pudéssemos solicitar das autoridades competentes, providências cabíveis".

"O sr. Luiz Antonio de Moraes informou haver resolvido um caso desagradável com um motorista de Goiânia, sr. Jarbas Soares do Vale, o qual havia caído em um 'conto do vigário'. A presidência da Casa agradeceu-lhe o que fizera".

- Ajuda aos motoristas vítimas de abusos policiais²⁰³

"Ceixou-se o associado David Silva dos desacatos e luta corporal provocada por um guarda municipal, solicitando, por fim, as providências da Casa nesse sentido. Discutiu-se então a questão, aprovando-se que a entidade tomaria todas as providências".

- Apoio material e moral aos motoristas vitimados por acidentes²⁰⁴

"O associado José Maria de Lima levou ao conhecimento da Casa o acidente verificado com o veículo de propriedade do sr. João Paulino Filho,

²⁰³ Idem, *ibid.*, atas n. 336, 25/8/1958, Livro 1957-60, f. 31v; 142, 3/8/1954, Livro 1953-56, f. 147v; 159, 7/2/1955, Livro 1953-56, f. 56v.

²⁰⁴ Idem, *ibid.*, atas n. 142, 3/8/1954, Livro 1953-56, f. 47v; 341, 6/10/1958, Livro 1957-60, f. 34; 336, 25/8/1958, Livro 1957-60, f. 31; 362, 16/3/1959, Livro 1957-60, f. 48v; 383, 31/8/1959, Livro 1957-60, f. 64; 382, 8/1959, Livro 1957-60, f. 63v; 409, 14/3/1960, Livro 1957-60, f. 87; 134, 7/6/1954, Livro 1953-56, f. 41v; 161, 28/2/1955, Livro 1953-56, f. 57v e 58; 110, 11/1/1954, Livro 1953-56, f. 17.

nosso associado, o qual teve o seu veículo completamente danificado, sofrendo mesmo algumas contusões físicas. Considerando-se não ser boa a situação financeira do motorista referido, adiantou o sr. José Lima que poderia fazer umas listas com as quais far-se-ia uma coleta de dinheiro para auxílio do mesmo na reforma de seu veículo, ficando uma já em seu poder, tendo na ocasião também se apresentado para este mister os senhores José Carneiro de Resende e Ítalo Guellardi. Neste sentido adiantou o sr. Orozimbo José Ferreira, que em companhia do diretor João Fernandes e do associado Ítalo Guellardi já tinham visitado, em nome da Associação, o associado acima".

- Funição aos atentados homicidas contra motoristas²⁰⁵

"Disse o nosso vice-presidente, Hermes Pacheco, que não podíamos continuar paralizados a respeito do criminoso atentado praticado contra Joaquim Adelino Gomes. Certo é que já providenciamos junto ao Delegado de Polícia local mas, em face do mesmo não nos ter atendido, devemos providenciar junto aos seus superiores em Belo Horizonte, terminou o sr. Hermes Pacheco. Resolveu então, a Casa, por unanimidade, dirigir-se aos magistrados da Corregedoria Geral do Estado, alegando os fatos e pedindo providências".

²⁰⁵ Idem, *ibid.*, atas n. 134, 7/6/1954, Livro 1953-56, f. 41v; e mais: Livro 1953-56 - 126, 12/4/1954, f. 36v e 37; 128, 27/4/1954, f. 37v; 132, 24/5/1954, f. 40; 140, 19/7/1954, f. 45; Livro 1957-60 - 336, 25/8/1958, f. 31v; 337, 1/9/1958, f. 32v; 345, 10/11/1958, f. 36v; 346, 17/11/1958, f. 37; 419, 16/5/1960, f. 94v e 95; 420, 23/5/1960, f. 95v; 421, 30/5/1960, f. 96; 422, 6/6/1960, f. 97.

- Assistência aos motoristas doentes e aos parentes de motoristas falecidos²⁰⁶

"Deliberou-se que a Associação contribuisse com Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros) para auxiliar a viúva e filhos de nosso ex-associado Nego Lopes, há pouco falecido".

"O diretor Hildebrando Ferreira apresentou uma proposta, da parte do sr. Francisco Merola Jr. para que a Associação se ative para conseguir uma casa da Fundação das Casas Populares, para a viúva do motorista falecido, Vicente Bento, e que se aprovou".

"Resolveu conceder auxílio ao sr. Geraldo Ferreira da Silva, de Cr\$ 150,00 (cento e cinquenta cruzeiros) para que o mesmo possa ir para perto de sua família em Goiânia, em virtude de estar o mesmo em período de convalescença e sem dinheiro, e tratando-se de um associado, embora com bastante atraso".

- Intercâmbio de serviços entre entidades em favor dos associados²⁰⁷

²⁰⁶ Idem, *ibid.*, atas n. 170, 20/6/1955, Livro 1953-56, f. 63v; 339, 28/12/1959, Livro 1957-60, f. 76v; 110, 11/1/1954, Livro 1953-56, f. 17; e mais: Livro 1953-56 - 114, 25/1/1954, f. 24; 121, 8/3/1954, f. 32v; 138, 12/7/1954, f. 44v e 45; 166, 2/5/1955, f. 60v; 168, 28/5/1955, f. 62; Livro 1957-60 - 379, 3/8/1959, f. 61v; 380, 10/8/1959, f. 62; 381, 16/8/1959, f. 62v; 398, 21/12/1959, f. 75v e 76; 404, 1/2/1960, f. 81v; 406, 15/2/1960, f. 84v; 408, 7/3/1960, f. 86v; 424, 20/6/1960, f. 99; 425, 27/6/1960, f. 100.

²⁰⁷ Idem, *ibid.*, atas n. 314, 24/3/1958, Livro 1957-60, f. 16; e mais: Atas n. 153, 29/11/1954, Livro 1953-56, f. 52v e 53; Livro 1957-60 - 315, 31/3/1958, f. 16v; 319, 28/4/1958, f. 19v; 345, 10/11/1958, f. 36; 396, 14/12/1959, f. 73v; 387, 5/10/1959, f. 67.

"O sr. secretário, João Cândido Pereira, informou a atitude da Associação dos Motoristas de Uberaba, a qual libertou da prisão o sócio da nossa entidade, senhor Cleiton Reis Cruz, preso por balbúrdia. Propôs o sr. secretário agradecer, o que foi aprovado".

- Outros serviços diversos, com caráter de solidariedade, prestados aos associados²⁰⁸

Alguns exemplos:

"Em face do nosso associado Oswaldo Silva haver sido preso por ter sido acusado de roubo de um par de sapatos, resolveu-se que o convoquemos para comparecer à nossa sede na próxima reunião, a fim de verificarmos a sua situação".

"O diretor Paulo Torido levou ao conhecimento da Casa o passamento de Alberto Marques, declarando haver representado a Associação, embora não tivesse para isso sido comissionado pelos demais diretores, os quais não se apresentaram, talvez por não terem conhecimento do falecimento daquele nosso amigo e companheiro, ocorrido em 21 do corrente, havendo sido sepultado em 22, às nove horas da manhã. Com a palavra, o sr. presidente se mostrou surpreso e emocionado agradeceu o sr. Paulo Torido pela feliz lembrança de representar a Associação, ordenando a seguir, que se registre em ata um voto de pesar pelo falecimento de nosso amigo e ex-associado. Fica pois, aqui: 'um voto de pesar pelo passamento do companheiro Alberto Marques'."

"O sr. João Cândido Pereira solicita aos seus companheiros que ajudem a colocar os

²⁰⁸ Relação das atas na mesma ordem das citações. Associação dos Motoristas, reunião diretoria, atas n. 141, 26/7/1954, Livro 1953-56, f. 46v; 178, 22/8/1955, Livro 1953-56, f. 68; 203, 9/1/1956, Livro 153-56, f. 96v; 323, 26/5/1958, Livro 1957-60, f. 23; 392, 16/11/1959, Livro 1957-60, f. 70v; 410, 21/3/1960, Livro 1957-60, f. 87v.

motoristas desempregados e sugeriu que se anuncie no Indicador Profissional da Tipografia Canadá que se alguém necessitar de motoristas, que os procurem na Associação".

"O sr. Manoel Sampaio propôs a formação de uma comissão para visitar o sr. Jerônimo Fernandes de Oliveira, que se acha acamado. Aprovado".

"Leu-se o agradecimento público do associado Manoel Ferreira Gomes a esta Associação pelos trabalhos realizados quando ele foi dado por desaparecido".

"Registra recebimento de ofício do sr. Benito Rico solicitando ajuda desta ao sr. José Piopi para lhe conseguir uma Carteira Nacional de Habilitação, aprovando-se".

A ajuda mútua tinha um significado especial para a Associação dos Motoristas de Uberlândia, levando-a, em 1959, a propor e implementar um Tratado de Assistência Mútua entre todas as entidades congêneres no Brasil. As atas registram recepção de correspondência de várias entidades de todo o Brasil, acatando a proposta.²⁰⁹

²⁰⁹ Idem, *ibid.*, Livro 1957-60: atas n. 371, 1/6/1959, f. 55; 377, 13/7/1959, f. 59v; 381, 16/8/1959, f. 62v; 382, 8/1959, f. 63; 384, 14/9/1959, f. 65; 385, 21/8/1959, f. 66; 386, 28/9/1959, f. 66v; 387, 5/10/1959, f. 67; 390, 2/11/1959, f. 69; 402, 18/1/1960, f. 79v; 406, 15/2/1960, f. 83.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O meu propósito neste trabalho foi identificar as práticas sociais possíveis à classe trabalhadora em Uberlândia.

Em que pese os limites impostos pelas fontes utilizadas - expressão do ponto de vista dos dominadores (arquivos da ACIUB e jornais), precariedade dos registros (arquivos das entidades dos trabalhadores) e imprecisão das informações (entrevistas) - foi possível sistematizar uma versão da trajetória seguida pelos trabalhadores locais no processo de articulação da classe, em um dado período histórico - 1950 a 1964.

A leitura realizada sustenta-se em algumas características fundamentais da dinâmica social, apreendidas ao longo da pesquisa.

1- Dadas algumas características geográficas e, sobretudo, históricas favoráveis, engendraram-se, em Uberlândia práticas econômicas crescentemente dinamizadas pelas possibilidades de expansão vislumbradas pelos agentes sociais.

2- O dinamismo econômico deu-se paralelamente à elaboração de uma estrutura de relações sociais capaz de restringir a um setor da população o controle sobre o processo de desenvolvimento do município, desde os primeiros tempos de constituição do povoado, que resultou na moderna cidade de Uberlândia.

Essa estrutura das relações sociais caracterizava-se pela predominância de atividades econômicas de caráter moderno - produção para o mercado interno e, principalmente, mercantilização da produção regional de gêneros alimentícios e da produção industrial metropolitana (SP) - assentadas sobre relações sociais de tipo clientelista, as quais persistiram no bojo da complexidade decorrente do crescimento urbano e da diversificação das atividades econômicas.

3- O crescimento urbano decorreu de um processo de migrações, sobretudo no interior da própria região do Triângulo Mineiro (onde se localiza Uberlândia), cuja população acciriu à cidade em vista das possibilidades de emprego - e conseguinte melhoria das condições de vida - abertas pela expansão da atividade comercial e do setor da construção civil (esta, a partir da década de 50) e pela implementação da atividade industrial.

4- Os trabalhadores migrantes encontraram, na cidade condições de vida e de trabalho insatisfatórias, dada a orientação discriminatória imprimida ao crescimento urbano pelos setores dominantes locais, aliada a políticas nacionais voltadas à acumulação intensiva de capital, assentada sobre intensa exploração do trabalho e omissão quanto ao fornecimento de serviços sociais básicos.

5- Nesse contexto adverso, parte dos trabalhadores migrantes que não conseguiam trabalho dedicava-se às práticas da mendicância e do roubo como meios de sobrevivência, acarretando à classe dominante grande preocupação com a manutenção do controle do processo de desenvolvimento urbano, fora dos marcos das disposições legais. Estruturou-se, em função disso, um amplo aparato assistencial e um eficiente sistema de segurança e repressivo.

6- Nessas circunstâncias, a articulação possível aos trabalhadores de Uberlândia, determinava-se pelas carências cotidianamente vividas e pela pressão exercida pelos setores dominantes locais para que se adotasse uma orientação político-institucional de cunho corporativista. Ainda que no interior dessa estrutura corporativa, empenharam-se em algumas lutas pela melhoria das próprias condições de vida e de trabalho.

7- Apesar das condições adversas para montagem de uma estrutura organizativa autônoma, os trabalhadores locais conseguiram desenvolver práticas coletivas próprias, tais como encontros de caráter classista, greves e constituição de aparato organizacional para assistência mútua.

Hoje, quando já se percebe nitidamente a ação autônoma da classe trabalhadora em Uberlândia, algumas questões se colocam ao pesquisador que queira recuperar a trajetória histórica do processo de formação da classe: Em que medida o clientelismo interferiu nesse processo? Quando e como gestaram-se as condições para conquista da autonomia pela classe? Quais foram as práticas políticas e sociais que possibilitaram essa conquista? Como se desenvolveram as relações com a classe dominante?

No entanto, não se pode perder de vista o fato de que, ainda que as relações entre as classes tenham se dado nos marcos da estrutura legal corporativa, parte da atuação da classe trabalhadora local teve características peculiares, próprias da condição de classe em formação.

BIBLIOGRAFIA

- AIEM, J. M. Representações coletivas e história política em Uberlândia. In: História e perspectivas. Uberlândia, UFU, Jan-jun. de 1991, n. 4, pp. 79-102.
- ALVARENGA, N. M. As associações de moradores em Uberlândia: um estudo das práticas sociais e das alterações nas formas de sociabilidade. Dissertação de Mestrado, PUC/SP, 1988.
- BIEBRENBACH, M. Ighes B. S. Política e planejamento social - Brasil: 1956/1978. 3 ed., SP, Cortez, 1978.
- BRANDAO, C. A. Triângulo Mineiro: capital comercial, geopolítica e agroindústria. Dissertação de Mestrado, CEDEFELAR/UFMG, 1989.
- CAMIN, Francisco. Descentralização industrial e interiorização do desenvolvimento - alguns aspectos da experiência mineira. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia Industrial/UFESJ, 1990.
- CARDOSO, Mírian L. Ideologia do desenvolvimento - Brasil: JK - JG. RJ, Paz e Terra, 1978.
- ERICKSON, K. P. Sindicalismo no processo político no Brasil. SP, Brasiliense, 1979.
- FAUSTO, Bóris. Trabalho urbano e conflito social. SP, DIFEL, 1976.

- FREITAS, P. S. R. & SAMPAIO, R. Cury (coord.). Sinopse do diagnóstico sócio-econômico do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia, UFU, 1985.
- GUIMARÃES, E. N. Infraestrutura política e movimento de capitais: a inserção do Triângulo Mineiro na divisão interregional do trabalho. BH, CEDEPLAR/UFMG, 1990.
- IANNI, Otávio. Estado e planejamento econômico no Brasil. RJ, Civilização Brasileira, 1963.
- LEFFORT, Claude. As foras da história. SE, Brasiliense, 1979.
- LOURENÇO, Luiz A. Bustamante. Parque do Patrimônio: moinhos e salgadeiros. Uberlândia, Secretaria Municipal de Cultura, 1987.
- MACHADO, M. Clara T. A disciplinarização da pobreza no espaço urbano burguês: assistência social institucionalizada - Uberlândia - 1965 a 1980. Dissertação de Mestrado, USP, 1990.
- MARX, K. e ENGELS, F. A ideologia alemã. 5 ed., SP, HUCITEC, 1986. Introdução.
- MURARO, V. Francisco. Juventude Operária Católica. SP, Brasiliense, 1985.
- PAOLI, M. Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros - tempo, espaço e classe na história operária brasileira. IN: LOPES, J. S. Leite (coord.) Cultura e identidade operária. RJ, Marco Zero/UFRJ, s.d.

- PIZZOTTI, Pedro. Município de Uberabinha: história, administração, finanças, economia. Uberabinha, Livraria Kosmos, 1922.
- PINHEIRO, P. Sérgio. Política e trabalho no Brasil. RJ, Paz e Terra, 1975.
- _____ O proletariado industrial na Primeira República.
In: FAUSTO, E. (org.). O Brasil Republicano. SP, DIFEL, 1977, v. 2.
- RODRIGUES, Jure de F. S. Trabalho, ordem e progresso: uma discussão sobre a trajetória da classe trabalhadora uberlandense - o setor de serviços - 1924-1964. Dissertação de Mestrado, USP, 1989.
- RODRIGUES, Leônio M. Conflito industrial e sindicalismo no Brasil. SP, DIFEL, 1966.
- SAES, Décio. Classe média e sistema político no Brasil. SP, T. A. Queiroz Editor, 1985.
- SAMPAIO, Roberto Cury. Migrações internas no Triângulo Mineiro: análise demográfica e econômica - 1960-1970. BH, CEDEPLAR/UFMG, 1985.
- SINGER, P. Economia política da urbanização. 8 ed., SP, Brasiliense, 1981.
- SCARFES, Beatriz R. Habituação e produção do espaço em Uberlândia. Dissertação de Mestrado, USP, 1988.
- TEIXEIRA, Tito. Bandeirantes e pioneiros do Brasil Central. História da criação do Município de Uberlândia. Uberlândia Gráfica Ltda. Editora, 1960.

TEOMPSON, E. P. La formación histórica de la clase obrera - Inglaterra: 1780-1832. Barcelona, Ed. Laia, 1977.

_____ La sociedad inglesa del siglo XVIII: lucha de clases sin clases? In: Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona, Ed. Critica, 1979.

TEOYANC, Annez Andraus. Estado e sindicalismo. SP, Símbolo, 1978.

VIANNA, L. Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. RJ, Paz e Terra, 1978.

PERIÓDICOS

Jornal Correio de Uberlândia

Jornal O Triângulo.

OUTRAS PUBLICAÇÕES

ACIUB em Revista. Uberlândia, 1983.

DECEETCS, sobre o salário mínimo - 1940-1969. Ministério

do Trabalho e Previdência Social. 1969.

PROJETO Memória da UFU. Uberlândia, UFU, 1984.

ERRATA

- * Pag. 5, l. 2 - em vez de **codianamente**, leia-se **cotidianamente**.
- * Pag. 13, l. 16 - em lugar de **meio de de afirmar**, leia-se **meio de se afirmar**.
- * Pag. 33, l. 3 - em lugar de **perifierias**, leia-se **periferias**
- * Pag. 36, Parágrafo Primeiro - lê-se da seguinte forma:

"O progresso almejado e propalado implicava o dinamismo do setor de construções, o embelezamento das áreas nobres da cidade (onde residiam a burguesia e a classe média alta), a ampliação das vias e meios de comunicação com o restante do país, o dinamismo comercial, a implantação de indústrias e a apresentação de uma cidade asséptica, sem pobres, sem desordem, sem contestação."

- * Pag. 61, l. 1 - a palavra **Referindo** deve ser escrita com letra minúscula.

- * Pág. 50, l. 2 - substituir : por ,.
- * Pág. 50, l. 20 - eliminar uma conjunção e.
- * Pág. 77, l. 10 - deslocar a , posterior à preposição **nas** para depois da palavra **subremunerado**.
- * Pág. 84, l. 25 - em vez de **com estranhos**, leia-se **como estranhos**.
- * Pág. 105, l. 5 - em vez de **recebia**, leia-se **recebiam**.
- * Pág. 108, l. 3 - em vez de **acao** , leia-se **ação**.
- * Pág. 110, l. 12 - em vez de **o problema, que**, leia-se **o problema, que foi,**.
- * Pág. 115, l. 15 - em vez de **leão XIII** (com inicial minúscula), leia-se **Leão XIII** (com inicial maiúscula).
- * **TIPOS TÉCNICOS** - pag. 13 (dois últimos parágrafos em espaço 1 em vez de espaço 2), 59 (l. 1), 64 (citação), 82 (travessões nas l. 3 e 4), 85 (citação), 91 (início da citação sem paragrafação).